

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 19-4-2021.

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher e Mônica Leal. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 048/21 (Processo nº 0162/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 121/21 (Processo nº 0320/21), de autoria de Mônica Leal. Também, foram apregoados os seguintes ofícios, do Prefeito: nº 333/21, solicitando reconstituição dos autos do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 009/16 (Processo nº 2673/16); nº 434/21, referente à análise da viabilidade ou impedimento técnico quanto à execução de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual de dois mil e vinte e um; nos 487 e 488/21, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nos 006 e 005/21 (Processos nos 0406 e 0405/21, respectivamente). Ainda, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/20 (Processo nº 0316/20). Foi apregoado requerimento de autoria de Jonas Reis, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 006/21 (Processo nº 0037/21). A seguir, por solicitação de Pedro Ruas, Fernanda Barth, Ramiro Rosário, Comandante Nádia, Airto Ferronato, Gilson Padeiro e Claudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Sílvio Moreira Aquino, a Luiz Salatino, a César Salomão Oliveira, a Nilson Araújo de Vargas, a Cândido Renato Ferreira Ritta, a David Boeira, a Sonia Marilda Schmitz e a Viviane Fernandes. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Johnny Bertoletti Racic, presidente da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre, que se pronunciou acerca de ações da Receita Municipal que buscam auxiliar empresas no enfrentamento da pandemia de covid-19 e de economia e finanças municipais. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes, Roberto Robaina, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Ainda, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Johnny Bertoletti Racic. Foi aprovado requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em GRANDE

EXPEDIENTE, pronunciaram-se Comandante Nádia e Daiana Santos. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do septuagésimo sétimo aniversário do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 142/21 (Processo nº 0412/21), de autoria da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Claudio Janta, em nome da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Giovane Byl, Fernanda Barth, Aírto Ferronato, Mônica Leal, Idenir Cecchim e Bruna Rodrigues. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Comandante Nádia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 108/20; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nos 036 e 078/21, este discutido por Pedro Ruas, Jonas Reis e Reginete Bispo, e os Projetos de Resolução nos 005, 008/21, discutido por Cláudia Araújo, e 015/21, discutido por Pedro Ruas, Jonas Reis, Leonel Radde e Reginete Bispo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Alexandre Bobadra, Jessé Sangalli e Claudio Janta. Às dezessete horas e vinte e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e vinte e nove minutos às dezenove horas e doze minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado, em sua parte vetada, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 102/18 (Processo nº 1103/18), por dez votos SIM, vinte e dois votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, considerando-se mantido o veto parcial oposto, após ser discutido por Pedro Ruas e Leonel Radde e encaminhado à votação por José Freitas, Pedro Ruas, Idenir Cecchim, Roberto Robaina, Leonel Radde, Claudio Janta e Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina, votado Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e optado pela Abstenção Cláudia Araújo. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/19 (Processo nº 0313/19), o qual teve sua discussão adiada por uma sessão, a requerimento, aprovado, de autoria de Moisés Barboza. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/19, e foi aprovado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nos 135 e 078/21 (Processos nos 0385 e 0169/21, respectivamente). Às vinte horas e um minuto, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao nosso diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Antes de apregoarmos as matérias, diretor, temos alguns pedidos de homenagens póstumas a serem apregoados.

Apregoo e defiro os requerimentos solicitando um minuto de silêncio *in memoriam* de: Sr. Sílvio Moreira Aquino, de autoria do Ver. Pedro Ruas; Sr. Luiz Salatino e Sr. César Salomão Oliveira, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth; Sr. Nilson Araújo de Vargas, de autoria do Ver. Ramiro Rosário; Sr. Cândido Renato Ferreira Ritta, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia; Sr. David Boeira, sua esposa e filha, de autoria do Ver. Airto Ferronato; Sra. Sonia Marilda Schmitz, de autoria do Ver. Gilson Padeiro; Sra. Viviane Fernandes, de autoria do Ver. Claudio Janta.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que faça a leitura das matérias a serem apregoadas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre – Aiamu, que tratará de assunto relativo às ações da Receita Municipal que buscam auxiliar as empresas no enfrentamento da pandemia, economia e finanças municipais. O Sr. Johnny Bertoletti Racic, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. JOHNNY BERTOLETTI RACIC: Boa tarde, Presidente, boa tarde aos demais vereadores, vereadoras e público que nos assiste; eu tenho uma pequena apresentação de *slides*.

(Procede-se à apresentação.)

SR. JOHNNY BERTOLETTI RACIC: Sr. Presidente Márcio Bins Ely; senhoras e senhores vereadores; senhoras e senhores ouvintes da Rádio Web; telespectadores do TVCâmara; meus colegas auditores fiscais, que também estão assistindo pelo YouTube, muito boa-tarde. É com muita honra que venho até esta tribuna virtual falar em nome dos auditores fiscais da receita municipal. Para nós, é uma ótima oportunidade para compartilhar informações importantes sobre o trabalho dos auditores fiscais do Município. Iniciamos o ano passado com a notícia da Covid-19, que foi crescendo até virar uma pandemia e que até hoje assola o mundo, o nosso País, em especial a nossa querida cidade de Porto Alegre. Nessas condições, a receita municipal e os auditores fiscais continuaram com suas tarefas, suas responsabilidades, e, ao mesmo tempo em que os nossos colegas da área da saúde cuidavam da saúde, da vida dos nossos cidadãos, adotamos em conjunto com o governo municipal e a Câmara de Vereadores medidas que amenizaram o impacto econômico da pandemia e facilitaram as atividades econômicas do nosso Município. As principais medidas que nós adotamos foram no atendimento virtual. Por quê? Uma das primeiras consequências da pandemia foi o fechamento das escolas, dos estabelecimentos comerciais e também da nossa ordem de atendimento aos contribuintes, buscando evitar aglomerações de pessoas. Em razão da necessidade de continuarmos trabalhando e dando toda assistência e suporte aos nossos contribuintes, rapidamente nós criamos ferramentas tecnológicas que permitiram a continuidade do atendimento e a solução das demandas do nosso contribuinte, porém agora de modo virtual, atendimento a distância. Criamos no ano passado, entre março e abril, o portal dos servidores, com atendimento pelo WhatsApp, que associado às ferramentas que já existiam permitiram que o atendimento pudesse continuar. Como podemos ver na nossa apresentação, nos últimos 12 meses, de abril do ano passado até o mês de março passado, realizamos em média 32.300 atendimentos. Vejam só, senhores: se considerarmos que o mês tem, em média, 22 dias úteis, realizamos quase 1.500 atendimentos por dia, ou 183 atendimentos por hora. Sendo em torno de 28.600 atendimentos que foram feitos, presenciais, no início, que vocês podem ver no gráfico. Mas, em seguida, com os atendimentos virtuais tomaram conta, chegando a 359 mil atendimentos.

Senhores vereadores e vereadoras, esses atendimentos foram distribuídos pelas plataformas da seguinte forma: pelo telefone 156, foram 139 mil atendimentos; pelo portal de serviços, a nova ferramenta, foram 114.800 atendimentos; por *e-mail*, foram 63 mil atendimentos; e pelo WhatsApp, uma nova plataforma, uma ferramenta moderníssima, foram 42 mil atendimentos. As nossas pesquisas de satisfação demonstraram que mais de 91% das pessoas informaram que ficaram satisfeitas com o nosso atendimento remoto, o atendimento virtual, o que demonstra a qualidade e o profissionalismo dos servidores da Fazenda Municipal, não só auditores, mas todos os servidores que labutam nessa área. Muitas pessoas que se disseram insatisfeitas, não foi pelo atendimento que foi dispensado pelos servidores fazendários, e sim pela impossibilidade legal de resolver os seus problemas – como não foi resolvido o que eles queriam, eles não foram bem atendidos. Muitas vezes, a questão da legalidade impede que a gente possa resolver o problema. Provavelmente, se pudéssemos ter resolvido

essas demandas, muitas se sentiriam satisfeitas, o que demonstra realmente que as ferramentas virtuais mantêm a qualidade do serviço.

Podemos salientar também que mesmo com o fim da pandemia essas ferramentas tecnológicas continuarão a ser usadas e aprimoradas, dando praticidade e agilidade no atendimento, evitando que os contribuintes tenham que se deslocar até a nossa loja atendimento lá no prédio da Prefeitura, a famosa Prefeitura nova, para resolver as suas demandas. A ideia dentro dessa evolução é ter cada vez mais atendimentos automatizados, em que o contribuinte mesmo acesse o sistema e ele mesmo se autorregule, autorresolva suas demandas.

Indo adiante na nossa apresentação, no segundo *slide* que eu apresento agora, complementando essas mudanças realizadas no atendimento, a Secretaria da Fazenda adotou várias medidas para incentivar as atividades econômicas do nosso Município, e, ao mesmo tempo, auxiliar os contribuintes nesse momento de pandemia. Bom, como está ali na apresentação, a primeira medida adotada foi a prorrogação do ISS para os contribuintes autônomos e para os contribuintes optantes pelo simples nacional, postergando os vencimentos que ocorreriam em março, abril e maio de 2020, sem oneração, permitindo que deixassem... (Problemas na conexão.) ...em que suas atividades estavam sendo impactadas pela pandemia. Era uma novidade a pandemia, ninguém sabia exatamente como fazer, como executar, o que seria feito nessa situação toda. Podendo evitar o... (Problemas na conexão.) ...posteriormente, num cenário econômico mais favorável.

A nossa segunda medida foi a suspensão das cobranças administrativas, onde deixamos de realizar as cobranças da dívida ativa de forma como tradicionalmente fazíamos, com enorme sucesso, consagrado no Brasil inteiro o resultado das nossas cobranças administrativas, dando tranquilidade para os devedores equacionarem os seus débitos para com o nosso Município num momento mais equilibrado. Claro, sempre cuidando dos prazos legais, da prescrição, para que não prescrevesse as dívidas.

Também foram suspensas as intimações para comparecimento presencial de contribuintes para que eles prestassem informações e esclarecimentos à fiscalização tributária. Isso contribuiu para que as medidas de isolamento e distanciamento social fossem cumpridas.

A nossa terceira medida foi a suspensão dos prazos para apresentação das reclamações dos recursos administrativos e tributários decorrentes das contestações por parte dos contribuintes – é quando não aceitavam algum procedimento de fiscalização – , permitindo a eles um tempo maior no julgamento dos seus recursos, de preparar suas defesas para os recursos.

A quarta medida foi a suspensão por 90 dias das rescisões para os permissionários inadimplentes.

A quinta foi o aumento do prazo de validade das certidões negativas e certidões positivas, com efeito de negativa, para 90 dias – eram 30 e passaram para 90 – , evitando que novos devedores sofressem uma série de restrições junto aos bancos, outras operações de crédito decorrentes dessa dívida com o Município, inclusive participar de licitações com documentos hábil, ter as certidões para participar das

licitações. Com isso a gente permitiu que eles pudessem equacionar as suas dúvidas num prazo maior e também utilizar a CND dentro de um novo período de validade. Então, eles teriam mais fôlego para resolver as suas pendências.

A sexta medida foi a prorrogação do prazo do pagamento da taxa de fiscalização do alvará e do prazo de vigência dos alvarás provisórios. Com isso, nós facilitamos uma suavização no caixa das empresas ao postergarmos o vencimento das taxas e também aumentamos o prazo de validade dos alvarás provisórios, possibilitando, também, um tempo maior para que os contribuintes, os empreendedores pudessem encaminhar soluções para os problemas de licenciamento que tivessem afetando o seu negócio.

Também foi dispensada a exigência do alvará para fins de ingresso no simples nacional, simplificando as obrigações que são necessárias para que a empresa possa ter direito aos benefícios dessa tributação diferenciada e favorecida, no qual nós contribuímos para facilitar a abertura de empresas e também reduzimos o contencioso, os custos tributários para essas empresas.

A penúltima, a sétima medida, foi a suspensão dos protestos, evitando que os contribuintes em dívida para com o nosso Município pudessem ser colocados no cadastro de inadimplentes da Serasa, ou tivessem suas dívidas protestadas pelos cartórios de protestos, evitando, com isso, uma série de restrições que poderiam dificultar o crédito nesse momento de pandemia para eles.

A oitava e última que nós listamos aqui, entre várias, ainda são as principais, devido ao exíguo tempo que temos para nos dirigir a esta Casa, aos senhores vereadores, senhoras vereadoras, foi o maior prazo para adesão ao parcelamento do IPTU do atual exercício, 2021, no qual foi autorizada a adesão ao parcelamento de ofício até o final deste mês de abril, sem nenhum custo para os contribuintes. Então, agora, eles têm até o final deste mês para exatamente aderir ao parcelamento e pagar em dez parcelas o IPTU deste ano.

Essas foram as principais medidas adotadas durante a pandemia.

Seguindo a nossa apresentação aqui, quanto ao programa RecuperaPOA, projeto de lei que foi encaminhado recentemente a esta Casa, que estabelece grandes descontos em multas e juros, não o principal, para a quitação das dívidas dos contribuintes com o nosso Município. Nesse projeto estão contemplados o IPTU, o ISS, o ITBI, a TCL –Taxa de Coleta de Lixo, a TFLF – Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento e, por fim, os créditos de natureza não tributária, que estão inscritos em dívida ativa. Esperamos uma votação favorável, senhores vereadores e vereadoras, ajudando os devedores do Município a solucionarem os seus débitos com um cenário econômico favorável nesse momento de pandemia. Os descontos que estão detalhados aqui na nossa apresentação são de 90% para pagamento à vista; 70% para pagamento de duas as seis parcelas; 50% para pagamento de sete a doze parcelas e 40% para pagamento de três a seis parcelas.

Nos encaminhando para o final, Sr. Presidente, mas não podemos deixar de mencionar aqui, antes do término, as nossas responsabilidades sociais, que colocamos em prática de forma mais intensa nesse período de pandemia, que foi a arrecadação de

valores junto aos auditores fiscais para a doação de cestas de alimentos a serem distribuídas nas diversas entidades assistenciais do nosso Município. Desde março do ano passado, já foram arrecadados mais de R\$ 200 mil que foram transformados em cestas básicas e distribuídos para inúmeras entidades assistenciais. Com esse pequeno gesto, ajudamos os mais necessitados, claro que não tantos quanto nós gostaríamos, que nesse triste momento são os primeiros e os que mais sofrem.

Para concluir, Sr. Presidente, no dia 11 de março a nossa Aiamu completou 58 anos de lutas, conquistas e de serviços à nossa cidade. Infelizmente, como no ano passado, não foi possível comemorar como gostaríamos e merecemos, recebendo os senhores e senhoras como nossos convidados na nossa festa de aniversário, em razão das restrições impostas pela pandemia. Seguimos trabalhando, na maturidade dos nossos 58 anos, preservando a força e disposição para cooperar com esta Casa, com a administração municipal e com a nossa cidade. Podemos citar agora, recentemente, a reforma da Previdência, que a Aiamu tem colaborada de forma equilibrada e responsável na discussão de um assunto tão sensível, importante para o Executivo, para o Legislativo e para os nossos servidores. Muito obrigado aos senhores vereadores e vereadoras pela atenção, a Aiamu está à disposição para as informações que se fazem necessárias. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, presidente Johnny, foi muito oportuno, importante e esclarecedor o encaminhamento do Refis. Também queremos cumprimentá-los pelo aniversário da entidade, destacando os relevantes serviços prestados em especial para a cidade, para a sociedade porto-alegrense, por parte dos auditores.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição

VEREDOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu quero cumprimentar o presidente Johnny Racic, que conheço há vários anos e de quem admiro muito o trabalho, como de resto admiro os dos auditores. Eu tenho, claro, nós temos que conversar mais tarde, em outro momento, presidente, dúvidas sobre algumas questões colocadas, uma delas, a mais importante talvez, seja o parcelamento sem limite de teto de dívidas de IPTU e ISS. Isso é muito complicado, isso aí é um tipo de projeto para beneficiar quem mais pode: ricos. É uma questão complexa, nós temos que debater esse tema.

A outra questão, e aqui concluo, é o ISS dos bancos. Essa isenção dos bancos sobre ISS terminou em 1994, com uma lei, inclusive, de minha autoria, e eu sei que os bancos não andam pagando. O que tem a ver então, o auto de infração, discussão na justiça? Esse tipo de informação, eu precisaria. No mais, encerro cumprimentando também a Aiamu, uma grande entidade, pelos seus 58 anos, e o ilustre presidente Johnny Racic, colocando o nosso trabalho aqui na oposição, sempre à disposição das

lutas por mais arrecadação para Porto Alegre. Um abraço, presidente Johnny, um abraço nos seus colegas de categoria profissional. Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando nossa sessão nesta tarde, de modo especial o presidente da Aiamu, o Johnny, que nos dá a alegria de estar aqui hoje à tarde. Já conversamos sobre vários assuntos, principalmente quanto à reforma da Previdência, lamentavelmente o governo quer taxar o servidor público mais uma vez. Hoje o Johnny traz um tema de valorização da carreira, não só dos auditores fiscais, demonstrando claramente a importância do auditor, do trabalho feito junto ao cidadão e à cidadã, trazendo a informação de mais de 32 mil atendimentos/dia nesse período de pandemia. Realmente mostra não só a capacidade que tem o poder público de dar retorno à população, como também a agilidade desse processo. Por outro lado, Johnny, com todo o respeito que temos pela Aiamu – e nós nos colocamos à disposição para fazer um debate –, com relação ao novo projeto de lei que o governo manda para a Câmara, o RecuperaPOA, infelizmente, o governo comete um grande equívoco, eu diria, à medida que ele coloca o pequeno junto com o maior sonegador. Imagina comparar o cidadão comum, que tem uma microempresa, com o Banco Itaú; o cidadão comum com o Ronaldinho Gaúcho; o cidadão comum com o estádio do Grêmio. São milhões, para não dizer bilhões, milhões de reais. Nós precisamos ter um projeto estratégico para ajudar o pequeno que quebrou, Ver. Cassiá.

O RecuperaPOA, infelizmente, não vai no cerne da questão, por isso nos colocamos à disposição. Inclusive, estamos encaminhando ao governo municipal um requerimento para saber quem são esses grandes sonegadores, ou se são os pequenos – afinal de contas, o governo tem um dado sobre isto? Isentar até 80%, 90 % de imposto que ele não pagou até então? Meu Deus, ele faz muito mais arrecadando normalmente! Vamos trabalhar com o pequeno, e não com o grande. Parabéns, Johnny, pelo trabalho de vocês; divergimos nesse aspecto, acho que nós temos todo um cuidado específico enquanto bancada do PT – vereadores Reginete, Jonas, Leonel –, estamos atentos aos projetos que o governo manda à Câmara, mas queremos uma análise mais profunda. Forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, vereadoras e vereadores; meus cumprimentos à direção da Aiamu, representada aqui pelo Johnny. Dizer da importância, realmente, dessa profissão de que dependem as informações e os controles internos, sobre seus conhecimentos e cuidados, e também da importância das constatações e recomendações para prevenir os administrativos dentro de um órgão público. Então eu só posso cumprimentar esses profissionais e dizer que são muito importantes os pareceres, as suas colocações, para nos mantermos também informados sobre os dados reais que ocorrem no nosso Município. Parabéns pela fala, parabéns, Aiamu.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, vereadoras, vereadores, eu quero cumprimentar o Johnny Racic por esse belíssimo trabalho. Acho que ainda não temos condições de debater esse projeto do Executivo que está chegando na Casa, no momento apropriado nós vamos debatê-lo. Quando eu fiz, um mês atrás, um projeto indicativo para o prefeito, Ver. Oliboni, também me preocupei com os pequenos e médios, a quem seria propícia uma isenção, não parcelamento, no período da pandemia, e nós teremos tempo para debater. A Câmara é para isto: para aperfeiçoar, para modificar, para alterar. Enfim, eu acredito que a iniciativa do governo é muito boa, mas o Legislativo tem as suas prerrogativas, vai fazer, tenho certeza, com inúmeras emendas, buscando uma melhora no projeto, que já é muito bom – parabéns. Por isso, a importância da Câmara nesse debate, na harmonia e respeito entre os poderes. Eu acredito que vocês fizeram um trabalho excelente, e nós vamos, com a nossa prerrogativa, quem sabe completar esse belíssimo trabalho de vocês. Foi um momento adequado, a sociedade precisa, e precisamos incentivar aqueles que querem gerar emprego e renda para o nosso Município. Parabéns a todos vocês, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Saudação a todos os vereadores, vereadoras e representantes da Aiamu, auditores, Johnny – satisfação de poder te escutar, apesar de nós, infelizmente, não termos oportunidade de nos encontrar presencialmente. A Aiamu sempre foi parceira da Câmara Municipal para que se possa elaborar projetos na área tributária, discutir as finanças da cidade. Bem, os representantes da Aiamu sabem que o PSOL tem uma estima muito grande pela elaboração da sua política, consultando os representantes da Aiamu.

Eu queria dizer, na esteira do que dizia o líder da oposição na Câmara, Dr. Pedro Ruas, nosso amigo, também no que dizia o líder do PT, Ver. Aldacir Oliboni, que há um debate sobre as finanças públicas, e na verdade é a imprensa que tem garantido que haja algum nível de transparência maior, de divulgação maior dos dados. Esse material que foi feito pelo jornalismo independente, o Matinal, que vocês devem conhecer, ele é muito importante, porque ele mostra quem são os cem maiores devedores, ele mostra que só o Ronaldinho Gaúcho e o Grêmio acumulam dívidas milionárias de IPTU; mais da metade da dívida dos R\$153 milhões dos cem maiores devedores do IPTU vem de empresas que trabalham juntamente com imóveis, imobiliárias, incorporadoras, construtoras, e em geral essas empresas, muitas vezes, infelizmente, são as que têm um papel mais protagonista na elaboração de projetos do governo. Esse projeto atual parece ser também do mesmo estilo, e isso nos preocupa muito, porque são devedores, como o Oliboni mencionava, o Itaú, um banco, e não há uma transparência no sentido de que a sociedade precisa saber – e quem primeiro deve ter o interesse em informar é o próprio governo municipal – quem são os devedores da cidade. Então, parabéns, Johnny e Aiamu; obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Cumprimento o presidente Johnny, da Aiamu, demais vereadores, parabenizar a instituição, que todos nós sabemos que faz um trabalho sério, não só os fazendários, mas a instituição Aiamu. Nós, vereadores, sempre que precisamos, fomos muito bem recebidos para esclarecer os fatos em relação às finanças do Município. É um local a que todos os vereadores, sem distinção de partidos, recorrem para poder entender os projetos e votá-los com segurança. Também é importante dizer que tem um projeto do governo, do Executivo, como o senhor falou, com que nós já tivemos um primeiro contato, mas vamos olhar com mais carinho esse projeto, estudar, e temos certeza de que poderemos contar com vocês para que a gente possa ter clareza a respeito do projeto para votarmos com segurança. Obrigado, parabéns pela apresentação e contem com este vereador. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente. Quero parabenizar o Johnny e todo grande time, os auditores fiscais, o pessoal da Fazenda do nosso Município, que é uma referência nacional na cobrança de devedores.

É importante a gente colocar isto, que Porto Alegre se destaca neste quesito, não é de hoje, é de bastante tempo, não importando o governo, e nós temos aí uma força muito grande nessa capacidade de recuperar dívidas através de boas ações, que obviamente envolve também o trabalho da procuradoria. Deixo aqui uma sugestão ao Johnny: nós temos um projeto que nós protocolamos na Câmara de Vereadores, que denominamos de quitação legal, que basicamente regulamenta as transações de dívidas existentes, como por exemplo, até como foi mencionado aqui, de grandes devedores de IPTU, de outros impostos e tributos da cidade, e que possa ser feita a conversão dessa dívida através da prestação de serviços ou execução de obras e entrega de bens, é algo que revoluciona, que facilita muito a capacidade de reaver recursos que talvez fossem muito difíceis de serem cobrados pelo próprio Município ou que acabariam se transformando, muitas vezes, em ações judiciais intermináveis. Esse projeto nós construímos também ouvindo a Secretaria da Fazenda e gostaríamos muito de poder sentar com vocês para aperfeiçoá-lo e eventualmente fazer alguma emenda. O projeto já está em tramitação na nossa Câmara. Mais uma vez parabéns, e coloco meu gabinete à disposição de vocês sempre que necessário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Johnny Racic está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. JOHNNY BERTOLETTI RACIC: Presidente Márcio, queria agradecer enormemente ao senhor, como Presidente da Casa, aos vereadores que escutaram a Aiamu, e muito rapidamente, falar sobre o que foi colocado.

Com relação ao RecuperaPOA, só queria comunicar que não é com relação aos impostos, e sim multa e juros; na verdade, o principal continua, multa e juros, e obviamente a Casa vai se debruçar sobre o projeto. Nós só citamos no sentido de que isso auxilia as empresas em dificuldades a equacionar as suas dívidas, agora, obviamente, a discussão toda dentro da Câmara é que é soberana com relação à tramitação e à aprovação do projeto.

Principalmente, respondendo ao nobre Ver. Pedro Ruas, com relação às instituições financeiras, a gente tem tantos cuidados com essas instituições, obviamente empresas, megacorporações, que nós temos um departamento de supervisão de fiscalização financeira dentro da fiscalização tributária, então temos colegas especializados. Eu inclusive trabalhei nessa área fazendo auditorias o tempo inteiro, integralmente, dentro dessas instituições financeiras. Para vocês terem uma ideia, nós arrecadamos cerca de R\$ 10 milhões por mês nesse segmento. Então, realmente, Porto Alegre está sempre de olho nesses conglomerados financeiros, porque não são só os bancos, exatamente buscando que eles façam os recolhimentos corretos para Porto Alegre, então são esses detalhes.

Também com relação ao nobre Ver. Ramiro Rosário, estaremos sempre à disposição para discutir qualquer projeto com o senhor ou com qualquer outro vereador;

há pouco, na reforma da Previdência, nos colocamos à disposição de vários vereadores para discutir o conteúdo da reforma e fomos muito bem recebidos.

Sem me alongar mais, agradeço a todos a gentileza com a Aiamu. Estamos sempre dispostos a ajudar, a gente considera que tem capacidade técnica. Obviamente que as questões políticas ficam ao comando da Câmara, mas nas questões técnicas, se pudermos ajudar, estaremos à disposição de todos os 36 vereadores. Muito obrigado, Presidente Márcio, aos demais vereadores, pelo espaço que nos cederam.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em nome de todos, agradeço a presença do Sr. Johnny Bertolotti, presidente da Aiamu.

Vereador José Freitas (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos entrar no período de Pauta, antes da Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

Quero registrar que o Ver. Claudio Janta solicita a inclusão da Viviane Fernandes à homenagem póstuma. Quero me somar ao Ver. Claudio Janta, eu sou muito amigo do Ismael e da Vera, pais da Viviane, trabalhou conosco no gabinete do Deputado Vieira da Cunha, na Assembleia Legislativa, que, infelizmente, veio a falecer de câncer. Bem lembrado, Ver. Claudio Janta, muito obrigado e está feito o registro.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara. Quero iniciar a minha fala fazendo uma pergunta: hoje, no mundo, qual seria a instituição referência de proteção às crianças ou, pelo menos, a mais conhecida mundialmente? Sem dúvida nenhuma é o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Pois esse órgão, em carta aberta, pede aos governadores e prefeitos brasileiros que priorizem a reabertura das escolas. O UNICEF está preocupado com o futuro das crianças e dos adolescentes brasileiros. Em um resumo, a carta diz: “Pedimos que deem prioridade absoluta à educação e à reabertura segura das escolas. O longo tempo de fechamento da maioria das escolas e o isolamento social têm impactado profundamente a aprendizagem, a saúde mental e a proteção das crianças e adolescentes. As escolas desempenham um papel primordial na vida dos estudantes e de suas famílias. Elas

proveem, primeiramente, uma educação essencial para que crianças e adolescentes desenvolvam o seu pleno potencial, exerçam a cidadania e se preparem para o mundo do trabalho. A forma da reabertura tem que ser adaptada à situação local e pode incluir elementos de educação híbrida, uma mistura de educação presencial e a distância, rodízio de estudantes em grupos pequenos, entre outros, como sugerido nos protocolos que estão à disposição do Ministério da Saúde. É imprescindível envolver professores, demais profissionais da educação, estudantes, seus familiares e a comunidade escolar neste momento.” A carta foi assinada no dia 7 de janeiro deste ano, esse resumo sobre a importância da reabertura imediata das escolas é viável e é urgente. Estamos liquidando com o futuro de uma geração e conseqüentemente do nosso País. No *site* do UNICEF, há uma página com protocolos e orientações para a reabertura segura das escolas.

Aproveito também para fazer outro questionamento, caros vereadores, por que a carta foi feita para os prefeitos e governadores e não para a Justiça? Pois até o UNICEF entende que ninguém sabe melhor a realidade das cidades do que os seus gestores. Não pode a Justiça interferir nesta gestão, cabe aos gestores estaduais e municipais. Antes da pandemia, 1,5 milhão de crianças já estavam fora da sala de aula no Brasil, a educação sempre ficou no segundo plano historicamente, agora imaginem os senhores e as senhoras a situação drástica do dia de hoje. É preciso destacar que o risco do abandono permanente aumenta todo dia que a criança ou o adolescente deixa de ir para a sala de aula. Não podemos aceitar essa situação de braços cruzados e aguardar um estudo que apontará, inevitavelmente, as conseqüências e os danos com o fechamento das escolas. É preciso agir antes de qualquer estudo, quando sair essa pesquisa será tarde demais, o prejuízo é certo, mas o quanto antes retomarmos as aulas o dano será menor.

Sabemos que a escola no Brasil não significa apenas aprendizado, a escola aqui, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, é muito mais do que isso, envolve diversos setores: a educação, a nutrição, a saúde, a segurança e o saneamento. Muitas crianças têm na escola o único alimento do dia; quem não sabe disso? É também onde os educadores e professores observam que a criança sofre violência doméstica e é na escola que, muitas vezes, os pequenos sabem o que é água encanada. Não é exagero, isso é realidade histórica do nosso País e não é diferente aqui em Porto Alegre. Não há nenhuma desculpa razoável para ser contra o retorno às aulas. Todas elas, as desculpas, podem e são tecnicamente descartadas, o viés político tem que ser colocado do outro lado. Não podemos ser egoístas, precisamos pensar unicamente no bem-estar das crianças e dos adolescentes. Não é hora de olhar para o próprio umbigo, o inimigo é a Covid e ponto final.

Cabe ressaltar ainda a importância da interação entre as crianças que é fundamental para a saúde mental de todas. Esse é um dos motivos apontados por mais de 500 pediatras gaúchos que assinaram um manifesto pedindo o retorno às aulas. Os profissionais destacaram os prejuízos físicos, cognitivos e psíquicos aos jovens. O documento desses pediatras enfatiza que o afastamento do convívio escolar, depois de um ano, está causando aumento nos casos de doenças psiquiátricas e atraso no desenvolvimento de crianças com até 2 anos de idade. Os prejuízos ou danos são

inúmeros: obesidade, fala, comunicação não verbal, déficit de atenção e distúrbios do sono. Tenho a certeza de que muitos pais não querem levar essa culpa para o resto da vida. Alguns pais talvez ainda não estejam percebendo esses danos, mas eles serão, sim, perceptíveis ao longo do tempo por essas crianças que estão sendo vítimas neste momento e no futuro seguirão pagando por esse dano.

A quem interessa não ter o retorno às aulas? Impossível não pensarmos nos nossos estudantes, nas crianças que ficam amontoadas em cuidadoras e que sem nenhum cuidado, sem nenhuma fiscalização do Executivo estão ali numa junção sem fim. Teremos lá na frente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras e público que nos assiste, cidadãos sem qualificação profissional alguma e doentes mentalmente. É uma geração inteira condenada e tudo resultado desta estupidez de manter as escolas fechadas: lugar de criança é na escola. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, presidente; boa tarde a todos a todas que nos acompanham; aos vereadores e às vereadoras que nos assistem. É uma honra utilizar, pela primeira vez, este período de Grande Expediente, onde eu venho começando a saudar os meus ancestrais. A gente se antecede sempre fazendo esse movimento, porque esta terra foi deles. Eu trago isso, numa segunda-feira, dia de Exu Laroiê, abrindo os caminhos e fazendo essa saudação respeitosa lembrando da laicidade do Estado, em referência à minha ancestralidade. Eu agradeço o apoio daqueles que sempre estão ao meu lado, a minha família, meus amigos, meu amor e aquela que constrói comigo junto à bancada do PCdoB, Ver.^a Bruna Rodrigues. Entre erros e acertos sigo sempre celebrando as vitórias cotidianas, porque aqui estou na resistência.

Quero me valer destes 15 minutos para trazer um olhar, enquanto uma mulher negra, lésbica, moradora de uma comunidade, que é sanitária e também educadora social popular de rua aqui nesta cidade. É importante começar trazendo essas identidades que eu carrego, este corpo que fica evidente e que se constrói diante dessas produtividades, porque a minha fala e o meu posicionamento perpassam por tudo isso. Como canta Elza Soares: “Mil nações moldaram minha cara, minha voz, é o meu lugar.” E eu uso para dizer o que se cala: eu sou uma mulher negra, represento a luta contra o machismo, o racismo, represento aqueles que são a maioria da população, das mulheres que são chefes de família no País e, mais ainda, compõem a base da pirâmide social que constitui os índices de desenvolvimento social. As mulheres que são a minoria nos espaços de poder e decisão e, quando ocupam, precisam enfrentar as violências políticas de gênero expressas através do silenciamento e da invisibilização do que vemos acontecer aqui nesta Casa, inclusive, em alguns momentos.

Como moradora da periferia na cidade, represento aqueles e aquelas que não são prioridade do Estado, que se diz democrático, ideológico, mas que, por exemplo, não tem proposto políticas públicas no enfrentamento à pandemia, agora, neste momento de crise e de fome. Enquanto única vereadora assumidamente lésbica, eu represento aqueles e aquelas que lutam pela liberdade de amar, de se expressar, da beleza da adversidade das mais variadas formas de expressão sexual, identidade de gênero presente na nossa cidade. Represento a luta daqueles e daquelas que não querem ser mais uma vítima num país que mais violenta e mata pessoas LGBTQI+ no mundo. Enquanto sanitarista formada pela Universidade Federal, eu represento a ciência e a saúde pública lutando contra o negacionismo que promove milhares de mortes evitáveis durante a pandemia. Defendo o nosso SUS contra a privatização e a lógica da saúde como mercadoria, é assim que eu me posiciono. Nesse momento, essa multiplicidade de maquiadores sociais que atravessam a minha existência se tornam essenciais para pensarmos saídas para que a crise sanitária que estamos vivendo venha a findar.

É fundamental contextualizar historicamente esse marco legal que sustenta o Sistema Único de Saúde que foi construído com muitas lutas através do movimento da reforma sanitária, uma convergência de forças dos movimentos populares, intelectuais e da sociedade civil como um todo. Isso acontece em meio a um período sombrio da história do nosso País, a ditadura militar, quando valorosos militantes tiveram coragem de brigar por um modelo de sistema de saúde que pudesse garantir mais qualidade de vida à população. Nessa batalha, muitos desses camaradas desapareceram, foram torturados e até perderam suas vidas. Se existe algo pelo qual vale a pena perder a vida, é a luta por outras vidas, deixando seus interesses pessoais a construir um legado coletivo que nesse caso foi o SUS. Reverencio todos os camaradas do Partido Comunista do Brasil que fizeram parte dessa batalha, que foi a identificação com essa luta que me trouxe para o PCdoB. Um partido que resistiu aos anos de chumbo, na ilegalidade e este, ah, este período tão obscuro quanto o que nós estamos vivendo nos dias atuais, onde a democracia e a nossa liberdade estão ameaçadas. Em especial, neste momento, eu destaco aqui a camarada Jussara Cony, que é uma inspiração de luta e de vida, que sofreu violência nesse período, mas resistiu para que hoje, inclusive, eu possa estar aqui. Em nome dela, eu saúdo a todos que constroem este partido bravamente.

Em 1986, Sergio Arouca já falava: “Saúde também é ausência do medo.” Dito isso, na 8ª Conferência de Saúde o chamado já era “Democracia é saúde”, o que representa um marco do movimento da reforma sanitária. Um sistema baseado no conceito ampliado de saúde, a saúde não é somente a ausência de doença, a saúde coletiva que eu tanto falo trata de considerar determinantes, condicionantes no processo de saúde e doença como a moradia digna, a segurança alimentar, o transporte público, a qualidade de vida, o direito à educação, ao saneamento básico, ao trabalho digno e à renda, à atividade física e também ao lazer. Os acessos aos bens e serviços essenciais, esse é um olhar pelos determinantes e para os condicionantes de um processo de saúde e doença importantíssimo que nós precisamos nos ater. A saúde como um processo significa estar atento a todos os fatores sociais e ter uma escuta sensível no olhar... (Problemas na conexão.) ...A nossa obrigação como integrantes do Poder Legislativo

Municipal é garantir que a legislação seja cumprida, pois nem nos tempos mais obscuros o Conselho Municipal era tão negligenciado quanto é agora, pois não está sendo ouvido.

Neste momento, passando o pior momento dos últimos anos, o Brasil se tonou epicentro da pandemia liderando o número de mortes diárias da Covid no mundo. Porto Alegre, que já era conhecida como exemplo de formulação de políticas públicas, como Orçamento Participativo e o Fórum Social Mundial, hoje é conhecida como epicentro do coronavírus. Foi durante a gestão municipal, que se dizia democrática, dialógica, é que tivemos o maior número de mortes proporcionais. Enquanto isso, estamos aqui pautando projetos de articulação, ações conjuntas com todos esses movimentos, e o que temos na Câmara de Vereadores são projetos de desmonte do Estado. E digo a vocês, podem até construir e privatizar espaços públicos, muros e cercas podem ser erguidos, mas certamente, no futuro, o povo vai derrubar. É um oportunismo político que, neste momento de calamidade social, possibilita a mobilização da população. Necessidade de distanciamento dos projetos que são contrários ao que a nossa população mais precisa, que é comida no prato e vacina, dignidade. Mas basta analisar o que outras cidades fizeram e a gente percebe que é importante o que a gente prioriza aqui e se faz compreender quais são as nossas prioridades. Sabemos que tão importante quanto as medidas de restrição da população e distanciamento social é a realização de políticas públicas que garantam o sustento da população, e para que isso ocorra, o que houve aqui em Porto Alegre é uma falsa dicotomia entre a economia e a vida. Existem muitas pesquisas que falam que seis a cada dez brasileiros já estão com a fome em suas casas, o desemprego, a precarização e o que já vinha sendo já feito desde a reforma trabalhista.

Outras pesquisas evidenciam que pessoas negras são mais afetadas por este momento do que pessoas não negras. É necessário que a gente olhe isso com seriedade, que a morte e a fome para os trabalhadores mais vulneráveis, economicamente e socialmente afetados, isso pode constatar e analisar na precarização dessa relação de trabalho.

São até agora quatro meses dessa negação da realidade, na compra do *kit* Covid, que não foi comprovada eficácia alguma, na tentativa de reabertura do comércio de forma irrestrita, da retomada das aulas, o que cabe salientar é que não se trata da incompetência técnica, mas, sim, de um projeto pautado na megapolítica, daqueles que possuem intencionalidade em deixar morrer os mais vulneráveis, considerando dispensáveis pelo sistema capitalista. Também promovem o genocídio na capital, que a cada dia está mais alinhado com o governo federal... (Problemas na conexão.) ...causando mais mortes sem necessidade, são óbitos evitáveis. Por isso, quero lembrar que da mesma forma que Bolsonaro será responsabilizado por suas ações através da instauração da CPI da Covid, chegará um dia que os responsáveis em escala local também terão que responder pelos seus crimes.

Para finalizar, presidente, termino este período fazendo um chamamento aos vereadores desta Casa, para que não finjamos que até aqui está sendo um espaço de construção, que por vezes não é, que olhem e pensem a cidade a partir das

coletividades. E falo isso das que eu carrego, a partir do que passam as mulheres negras, as populações mais periféricas, em situação de rua, LGBTQIA+, os trabalhadores essenciais, em especial os da saúde e da assistência social, porque todos estão sobrecarregados. Pensar na pandemia não é o suficiente, eu trago um outro conceito para que possamos refletir: vivemos uma sindemia, que trata de questões complexas, concomitantes, que agravam a situação de vulnerabilidade de uma população, com os problemas que estamos vivenciando e são de ordem psicossocial, econômica, política e das mais diversas esferas, para, sim, podermos compreender a necessidade de políticas públicas para a população, com a emergência necessária em defesa das políticas públicas e do SUS, da luta pela qualidade de vida do nosso povo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 77 anos do Hospital de Pronto Socorro – HPS, nos termos do Requerimento nº 142/21, de autoria da Mesa Diretora.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, tive o prazer de ser procurado pelos funcionários pedindo esta homenagem, que a Mesa Diretora preste uma homenagem a esta instituição que é uma referência em pronto-atendimento, é uma referência em atendimento na cidade de Porto Alegre. Não tem pessoa que não diga, na nossa cidade, que o mais importante órgão de saúde é o Hospital de Pronto Socorro, seja para quando alguém está doente, quando alguém está necessitado, quando temos um acidente, o Pronto Socorro, junto com seus médicos, funcionários, tem a vanguarda nesse atendimento. Nós tivemos uma catástrofe no nosso Estado, o incêndio da boate Kiss – centenas de pessoas vieram para o Pronto Socorro, centenas de pessoas foram atendidas no Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre. Então, hoje a cidade prestar essa homenagem ao Pronto Socorro é uma grande homenagem que se faz a esses profissionais, médicos, técnicos, enfermeiros, auxiliares, guardas, pessoal da limpeza, a todos, uma homenagem da cidade de Porto Alegre, que a Mesa Diretora faz. A nossa Câmara de Vereadores, a cidade de Porto Alegre, representada por todos nós, presta essa justa homenagem ao Pronto Socorro de Porto

Alegre, a todos os funcionários, a todas pessoas, principalmente a todos os usuários, pessoas que confiam e acreditam no Pronto Socorro, neste espaço de atendimento à população de Porto Alegre, que têm certeza de que todos nós estaremos à disposição para ampliar essa estrutura, que é uma referência para o povo de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. De minha parte, seria isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Claudio Janta – também quero me somar a esta homenagem –, tenho certeza de que falamos em nome dos 36 vereadores pelos relevantes serviços prestados pelo HPS, pelo seu corpo de servidores, não só para os porto-alegrenses, mas, de um modo geral, a toda população gaúcha que acaba também, muitas vezes, sendo atendida em eventuais necessidades, especialmente num primeiro atendimento nos casos mais graves de acidentes. Consulto se há alguém presente de parte do HPS que queira se manifestar? (Pausa.) O Ver. Robaina disse que está presente a Dra. Tatiana, em nome do HPS.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ela está na sessão. Peço que a Dra. Tatiana abra o vídeo. Ela desligou o vídeo e o áudio, mas consta como conectada. Presidente, quem sabe vamos passando as inscrições?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós vivemos um momento que todos conhecem, nacional, que na verdade é mundial, agravado nacionalmente pela política do governo federal, negacionista, que atingiu o Estado brutalmente, bem como a nossa capital. Não é apenas isso, que já está batido, mas é importante frisar: não são números! Hoje fizemos aqui diversos pedidos de minuto de silêncio por pessoas bem conhecidas. Eu, particularmente, homenageei o Silvinho – quantos e quantos anos aqui, convivendo com o Silvinho na entrada e saída da Câmara Municipal, nos intervalos, e perdemos o Silvinho para a Covid. São pessoas, são vidas, são familiares. Atualmente a Covid está atacando pessoas mais jovens, crianças e adolescentes que ficam desamparadas, perdem o pai, eventualmente a mãe, ou os dois. Então, é uma tragédia que se vive, e o que me entristece... Pessoas, às vezes, com muita experiência como eu, que tem o couro mais duro para certas coisas da política, mas é inevitável dizer que entristece bastante e que, na Câmara, uma boa parte, não toda – não toda – da bancada de situação tem uma preocupação permanente com a defesa do governo, mesmo sabendo, como todo mundo, que o governo pode errar, e erra. E me parece que o erro mais grave do governo municipal é buscar também, no negacionismo, um refúgio, dizer que não é bem assim, dizer que o comércio não prejudica o alastramento da pandemia – é claro que o comércio em si não prejudica, o que prejudica é a aglomeração das pessoas. O mundo

todo restringe situações de comércio, exatamente para evitar aglomeração, não é a questão do comércio, o comércio é neutro – o problema é a aglomeração, festas, essas circunstâncias onde, na verdade, a propagação continua, nós temos um número diário de mortes em Porto Alegre por Covid que poderiam ser evitadas. Nós temos uma situação hoje, comparada com a nacional, em que Porto Alegre não está mal na vacinação, mas comparada com a realidade que poderia ser, está muito mal. Ora, o prefeito não trouxe, não comprou vacinas, autorizado pelo Município. Eu vi ontem, e não defendo aqui, eu sou oposição ao governo Eduardo Leite, o governador negociando a compra de vacinas diretamente com o Instituto Butantan, vi na imprensa. Por que o prefeito não age assim? Por que o prefeito não busca comprar, já que está autorizado por nós, vacinas, que pode fazer pelo Município? É óbvio que terá qualquer autorização e apoio nosso de forma unânime uma distribuição de vacinas a tantos grupos que estão sendo priorizados pelas vereadoras e pelos vereadores, está sendo pedido que eles sejam confirmados. Eu dou como exemplo os professores – é óbvio que as professoras e os professores precisam de uma vacina urgente. Qualquer debate que seja com relação à volta às aulas tem de passar pela vacinação dos professores primeiro, é evidente que sim, senão teremos um risco gigantesco, porque, de nada adianta só falarmos em abertura, reabertura de aulas sem garantirmos a vacina aos professores e às professoras. Então, o que temos que ter é essa visão. Nisso há comum acordo, não haveria, concluindo, divergência entre oposição e situação se o caminho fosse o combate à pandemia – o caminho do governo municipal! O confronto que temos é derivado exatamente disso, da ausência de ações, de projetos, de vontade política de combater a pandemia que temos aqui em Porto Alegre no governo municipal, no Executivo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ainda não conseguimos a conexão com a Dra. Tatiana. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu queria aproveitar esse tempo de liderança para homenagear o aniversário do HPS, acho muito oportuna a homenagem proposta pelo Ver. Janta. Como todos sabem, fui proponente da criação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre, fizemos a reabertura da frente, na medida em que ela foi constituída em 2019 pela primeira vez, quando havia uma ameaça, por parte da gestão do prefeito Marchezan, de terceirizar a gestão do HPS. Felizmente essa política do governo foi derrotada, de toda forma, como existe um sucateamento do HPS, o que não vem de agora, evidentemente não vem desse governo, nem do governo anterior, é um sucateamento que, ao longo do tempo, vem ocorrendo no HPS, nós resolvemos constituir a frente para defender, por um lado, os interesses dos trabalhadores, os interesses da cidade, a continuidade da luta contra a terceirização. Nós sabemos que agora teve um princípio de terceirização no HPS, quando se abriu para o

tratamento da Covid e se colocou o Vila Nova para fazer esse atendimento com a qualificação menor, pelas condições de trabalho, enfim, os servidores públicos municipais têm uma qualificação superior ao que o Hospital Vila Nova oferece, portanto, estava baixando a qualidade do atendimento do HPS, e o HPS necessita de investimento público, de verbas públicas. Quem conhece o HPS sabe do que eu estou falando e da necessidade de investimento público nesse hospital que é de altíssima qualidade. O HPS, como muito bem disse o Ver. Janta, é um hospital excelente, ele atende não só Porto Alegre, mas a Grande de Porto Alegre, por isso é muito bem lembrado o aniversário do HPS e é preciso defender o HPS exigindo verbas públicas para o HPS, exigindo transparência na administração e a continuidade e o incremento da qualidade de serviço. O corpo de funcionários do HPS é de altíssima qualidade e todo esse corpo de funcionários deve ser prestigiado. Quero parabenizar a Dra. Tatiana, que estava aqui conosco desde o início, ela faz parte da direção do hospital, assim como o Dr. Crespo, o Dr. Lisandro, a Associação dos Trabalhadores do HPS, presidida pelo Freitas, que é uma liderança sindical muitíssima qualificada.

Quero aproveitar, já que estamos falando de saúde, para reivindicar – e o Ver. Pedro Ruas, líder da nossa oposição lembrava bem –, uma política por parte do governo municipal para acelerar a compra das vacinas e garantir a prioridade de categorias fundamentais. O Ver. Pedro Ruas lembrou muito bem a necessidade da vacinação do magistério, dos professores. Muitos vereadores da base do governo falam que as aulas devem retornar, mas não falam da necessidade urgente das vacinas para os professores, assim como é necessário a vacina para os rodoviários, que é um setor essencial e infelizmente ainda seguem sem o devido atendimento. Concluo dizendo que, no Estado, também há uma luta do setor do transporte, amanhã vamos ter um atraso do trem, os metroviários vão fazer uma mobilização pela vacina. Em São Paulo, o governador Dória já antecipou para o início de maio a vacinação para os metroviários. Eu acredito que a categoria do transporte é essencial. Nós temos, inclusive, o PL nº 1011, na Câmara Federal, existe uma emenda que prevê a antecipação para que o setor de transporte possa ser incluído na prioridade. Aqui, em Porto Alegre, os metroviários, além de ser uma categoria pequena, o secretário Záchia disse que seria a favor de incluí-los na priorização, mas infelizmente, até agora, nada. O que nós temos visto, infelizmente, por parte do governo municipal, é uma paralisia de qualquer tipo de iniciativa de garantir a vacina para o povo de Porto Alegre. Enquanto isso, os seus representantes do Legislativo, tratam de fazer discursos a favor de tratamentos com *kits* de remédios que não são apropriados para o combate da Covid-19. Infelizmente, essa é a nossa realidade na cidade de Porto Alegre, ao invés de somarmos forças, garantimos a maior unidade e demandamos o governo municipal, apoiarmos o governo municipal, no caso de o governo tomar medidas concretas para garantir a vacina, uma parte da base do governo trata de fazer propaganda enganosa de tratamentos que não tem nenhuma comprovação científica, enquanto o que é necessário realmente, infelizmente, não é cobrado. Por isso que é muito importante esta homenagem ao HPS. O HPS que é construído defendendo a ciência, defendendo o serviço público. E nós, quando estamos defendendo as orientações da Organização Mundial da Saúde, quando nós estamos

defendendo o que é orientação do corpo científico do País, acreditamos que estamos correspondendo a essa necessidade de defesa da saúde pública que tanto o HPS representa quando a luta pela vacina é uma necessidade nesse sentido. Muito obrigado, Presidente Márcio, saudação e vida longa ao HPS.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, de modo especial os cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Queria, também, em nome da bancada do PT, em nome do Ver. Jonas, do Ver. Leonel, da Ver.^a Reginete, poder fazer aqui uma fala da importância que tem o HPS para os porto-alegrenses. Antes, eu queria lembrar que hoje é o dia de um santo muito especial que luta pelas causas justas e urgentes, o Santo Expedito, eu não poderia de deixar fazer esse *link* com essa causa tão justa e urgente como é o Dia do Índio, pela conscientização das suas lutas e apoio a sua institucionalidade, como também pelos 77 anos do HPS. O HPS, que tem como referência aqui, em Porto Alegre, o bairro Bom Fim, mas que tem como referência de atendimento em todo Estado do Rio Grande do Sul, com mais de dez especialidades em nível de urgência, não tem nenhuma emergência hospitalar e nenhum pronto atendimento que tenha tamanha especialidades em atendimento como o HPS. O HPS que, ao longo da sua história, tem demonstrado, pela maioria dos seus governos, para a sociedade, ser a prioridade, a menina dos olhos, ao contrário dos últimos dois governos, um sucateamento, um descaso, um desrespeito, uma falta de reposição de servidores, um certo esquecimento. É uma lógica dos partidos de centro e de direita de sucatear alguns serviços públicos para poder privatizar, entregando para iniciativa privada. Infelizmente, parte desses serviços foi entregue agora, recentemente, para o Hospital Vila Nova, e os servidores, a associação, de um modo especial, como o próprio Robaina falou aqui, a frente parlamentar instituída na Câmara tem reclamado muito essa falta de atenção ao HPS, Pronto Socorro Municipal da nossa querida Porto Alegre. No dia dos seus 77 anos, nós queremos, não só parabenizar a história da sua luta, do seu atendimento na defesa do SUS, mas principalmente dizer que nós somos solidários a uma reestruturação daquele patrimônio importante para operacionalizar um serviço adequado, humanizado, mas também a reposição dos servidores que estão faltando, e não são poucos, pelos cálculos ora apresentados pela própria entidade, são mais de 300 servidores que faltam nas suas diversas áreas, vários setores fechados – fechados! É preciso que o governo avalie do ponto de vista quem sabe lá reduzir o nepotismo, o emprego de parentes como CCs, de se preocupar com que é essencial: atender a população de uma forma geral na defesa do SUS. Lamentavelmente, falo isso porque, na última quinta-feira, a Câmara sofreu um desgaste desnecessário quando o governo aponta a prática do nepotismo, ou do nepotismo cruzado, não na Câmara, mas no

governo do nosso grande amigo, que foi vereador, Sebastião Melo. Por isso a nossa preocupação. Concluo aqui, Presidente, dizendo que nós estamos aqui para poder fazer o debate, mas sempre defender as instituições públicas, é lá a estratégia de atenção da família, que foi referência nacional, que é fundamental porque o recurso vem de fundo a fundo, são 95% de cobertura, como é o SUS, implementado no HPS, porque, se nós ficarmos dependendo das parcerias público-privadas, ou até mesmo de serviços terceirizados, nós ficamos na mão de quem não tem o gerenciamento do atendimento público. Por isso nossas homenagens, nosso carinho, lembrado aqui pela Mesa Diretora, pelo Ver. Janta, e que nós nos somamos, enquanto bancada, uma forma de poder, não só falar, mas que os governos priorizem de fato o que é fundamental e que dá retorno, o que dá vida ao cidadão quando busca um instrumento público como é o Pronto Socorro Municipal. Um forte abraço em nome da bancada do PT.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente Márcio; boa tarde a todas Sras. Vereadoras e todos Srs. Vereadores, todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara, pelo Youtube. Quero dizer que, para mim, primeiramente, hoje é um dia muito importante, é o Dia do Índio. Eu venho de uma família de descendente de índio, e hoje é um dia muito especial, um dia de luta, e quero externar aqui os meus parabéns a todas comunidades indígenas de Porto Alegre, do nosso Estado, do Brasil, precisamos avançar muito em políticas públicas para os nossos índios e os descendentes de índios. Aqui quero homenagear a minha avó, que nos deixou no dia 14 de outubro de 2020, um dia antes das eleições, minha avó que era conhecida como a Dona Índia, que foi uma grande curandeira, lá da Bom Jesus, aqui do bairro Mário Quintana. Então fica aqui a minha homenagem para a minha avozinha, nós que somos descendentes da tribo charrua, lá da fronteira, uma comunidade indígena que sofreu muito, que foi praticamente dizimada. Então, corre nas minhas veias o sangue charrua. Eu também queria parabenizar o HPS por este dia tão importante.

Mas eu quero aqui dividir com os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras, acredito que todos receberam no seu *e-mail*, durante a semana, um *e-mail*, com uma carta do Fórum das Entidades, eu quero ler aqui, aproveitar esse tempo de liderança para reforçar esse pedido de apoio das entidades do Fórum da Criança e do Adolescente, as entidades que prestam serviços parcerizados para a Prefeitura, essa carta foi disparada para os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras no dia 16 de abril. Eu quero ler essa carta: Carta 01 de 2021, documento construído pelo Fórum Municipal da Criança e do Adolescente e pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em parceria com o CMDCA, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: “Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, no ano de 2020, fomos atingidos por uma pandemia sem precedentes na história recente da humanidade que,

além de ocasionar a tragédia de centenas de milhares de mortes no País, devastou a economia acentuando as desigualdades sociais. Como medida de contenção, por meio de decretos, vários serviços de diferentes áreas foram suspensos ou reduzidos na tentativa de evitar a propagação do vírus. Contudo, em 2021, quando acreditávamos que tudo estaria iniciando um processo de normalização, voltamos às restrições. Entretanto, conforme previsto no decreto municipal, os serviços e assistência à educação se adaptaram para os atendimentos e as especificidades do público atendido. Esses serviços executados em áreas vulneráveis restringiu o atendimento presencial no formato coletivo por determinação judicial, mantendo a manutenção de vínculos, atendimentos pontuais e apoio às famílias com entregas de cestas de alimentação. Manteve-se nesses serviços plantões emergenciais com diversas atividades presenciais, como apoio às famílias atendidas, através de serviços essenciais nessas comunidades, diferente de 2020, quando tudo foi suspenso, as instituições com serviços fechados e a comunidade desassistida, ficando com recursos mínimos e os trabalhadores em programas emergenciais de manutenção de renda. Contudo, no final de março, fomos surpreendidos pela impossibilidade de pagamento integral para as instituições sem aviso prévio, pois muitas aproveitaram o tempo fechado para a manutenção e melhoria dos espaços. Diante disso, pedimos apoio ao projeto de lei, PLL nº 139/21”. Resumindo aqui, esse é o pedido do Fórum de Entidades e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, apoio ao PLL nº 139/21, que foi protocolado por mim e por mais alguns vereadores: Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver. Claudio Janta, Ver. Aírto Ferronato, Ver. Mauro Zacher, Ver.^a Mônica Leal, Ver.^a Fernanda Barth, Ver. Hamilton Sossmeier, Ver. Kaká D’Ávila, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Idenir Cecchim, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Pablo Melo, Ver.^a Comandante Nádia e Ver.^a Lourdes Sprenger. E eu quero convidar os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras para participarem, amanhã, da reunião da CECE, às 15h30min, vamos estar com o Fórum de Entidades, o CMDCA e a secretária Janaina Audino para discutir esse PLL. Contamos com a presença dos demais vereadores. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Na verdade, eu queria fazer uma observação sobre a homenagem ao HPS, uma homenagem muito merecida. O HPS fica a duas quadras da minha casa, passo pelo HPS, pelo menos, uma vez por dia, minha sogra trabalhou ali a vida inteira como assistente de enfermagem, técnica de enfermagem até se aposentar. Eu acompanhei de perto todas as dificuldades do trabalho da equipe de enfermagem e demais colaboradores do HPS durante o período em que o HPS foi submetido à reforma, sem pausar em nenhum momento os atendimentos do hospital, aquela barulheira incessante que era, a sujeira causada pelas obras, todas as dificuldades que quem trabalha lá dentro viveu e vivenciou, sendo que o HPS nunca

deixou de atender em absoluta excelência a quem precisasse do pronto socorro. Eu mesma estive mais de uma ocasião no Pronto Socorro, com membros quebrados, machucados, com picado de aranha, fui sempre excelentemente bem tratada lá, assim como todos as pessoas que eu conheço e que precisaram ser atendidas no Pronto Socorro. O Pronto Socorro é uma referência para Porto Alegre, é um hospital que eu tenho muito carinho. Podem contar comigo, se precisarem e se eu puder ajudar o HPS, eu farei sempre de muito bom grado, muito respeito por todos que trabalham lá, que não se frutaram em auxiliar agora quando o prefeito chamou, pedindo abertura de leitos para Covid, sendo que não é função e nem responsabilidade do HPS, mas não se furtaram em fazer a sua parte em Porto Alegre, tiveram ali grandes dificuldades, mas estão conseguindo levar as coisas adiante. Então, todo o meu respeito aqui e a minha solidariedade a quem trabalha no HPS e a quem propôs esta homenagem, Ver. Claudio Janta. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Só queria fazer um pequeno adendo, o pessoal está saudando o Dia do Índio, mas é importante a gente avaliar, observar e levar da forma correta quando... (Problemas na conexão.) ...da melhor maneira possível, porque não se utiliza mais “Dia do Índio”, e sim, Dia do Indígena, considerando toda uma relação de folclore e também de desrespeito com essa comunidade, na verdade, com essa população que é originária. Então, é importante que a gente se utilize da forma correta da informação porque, mais uma vez ressalto, aqui é um canal importantíssimo de comunicação com a comunidade externa, com a população da cidade, e a gente precisa utilizar e criar esse hábito de colocar aqui as nomenclaturas corretas, para que a gente também seja esse espaço de formação e de informação. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Márcio Bins Ely; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores. Quero trazer uma saudação especial a todos do HPS que estão conosco, a direção, servidores que estão participando desta reunião e também aqueles que estão na luta diária lá no hospital e que não podem estar conosco. Cumprimentar o Ver. Janta pela bela proposição. Conforme falou a Ver.^a Daiane, hoje é Dia do Indígena, a nossa gratidão e respeito a eles. O Hospital de Pronto Socorro é, sim, uma referência em nível de Porto Alegre atendendo o Estado, interior e outros Estados do Brasil nos seus 77 anos. Quero me somar a todos pelas homenagens, dizer que compreendo o HPS, sim, uma instituição pública de altíssima qualidade, respeitada por todos os cidadãos - homens e mulheres -,

aqui de Porto Alegre, nosso Estado, dizer do respeito a eles. Os nossos cumprimentos e a nossa gratidão, em nome do meu partido, o PSB, e em meu nome particular, ao trabalho que o hospital tem feito aqui na cidade, salvando vidas com dedicação, com muita luta, buscando os seus espaços, Porto Alegre tem, sim, no HPS uma extraordinária referência. Parabéns a todos, parabéns às direções do hospital, à atual e às anteriores, aos diretores das entidades que representam o hospital e servidores. Obrigado pela atenção de todos. Meus cumprimentos, em nome do meu partido, ao nosso querido HPS. Muito obrigado, e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Presidente. Gostaria de usar a palavra para comentar sobre a fala do Ver. Oliboni. Fica claro que o Ver. Oliboni esqueceu uma parte muito importante na vida política que vale para tudo, que é a responsabilidade. O senhor usou o seu tempo para falar que o governo Melo está cometendo nepotismo. O senhor está errado. Das duas, uma, Ver. Oliboni, ou o senhor desconhece a lei ou o senhor está mal-intencionado. E nenhuma dessas duas possibilidades, eu vou deixar de esclarecer, para que todos saibam do que se trata. O simples fato de o senhor protocolar um projeto para regradar o tema comprova, sim, que até o presente momento não há nenhuma ilegalidade sobre esse tipo de nomeação; ninguém faz um projeto de lei se já existe a lei. Então, até o presente momento, a nomeação de qualquer parente de agente político, que é o que somos, é legal. O senhor colocou no seu *card* - (Mostra *card*) -, vereador, achei ótimo que o senhor fez esse *card*, esse projeto porque isso é a prova mais clara de que o governo Melo não comete nenhuma ilegalidade, o senhor colocou: “governo Melo contratou familiares de vereadores sem concurso público”. Mentira! O governo Melo não contratou familiares sem concurso, são cargos de confiança que a lei permite, Ver. Oliboni. Deixa-lhe dizer uma coisa: o procurador-geral do Município, Roberto Rocha, segue a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, STF, para avaliar possíveis casos de nepotismo. Conforme o procurador, todos os casos são avaliados juridicamente pela Procuradoria que constata se a pessoa indicada tem qualificação para o posto que ocupará. Se caracteriza - Ver. Oliboni e outros mais que também pensam dessa forma, como o “tricô” antes de começar a sessão plenária -, nepotismo quando se constata troca de favores ou indicação sem qualificação técnica para o cargo. Hoje, a interpretação do Supremo, a súmula vinculante, que proíbe o nepotismo é de que o fato de ser familiar por si só não é suficiente para configurar nepotismo. Então, Ver. Oliboni, eu, que estava festejando o senhor protocolar esse projeto, que é a prova viva de que o governo Melo não comete ilegalidade, agora quero dizer que a sua fala é imoral porque o senhor está atacando sem conhecimento e sem responsabilidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Queria só dizer à minha nobre amiga, colega Ver.^a Monica, que não é nada pessoal. À época que nós discutimos a lei que está em vigor, que é uma emenda à Lei Orgânica, a Mônica, se não me engano era assessora do pai dela, com todo o respeito, tenho enorme carinho pelo Pedro Américo Leal, mas a lei do nepotismo que vigora até então, e pela súmula vinculante do Supremo, inclusive ampliou do segundo para o terceiro grau. Mas não sou eu, Mônica, que vou te dizer da constitucionalidade ou não. Existem aí os mecanismos legais que vão lhe dizer isso. Se a lei permite, nada pessoal, por isso eu sempre combati o fim do nepotismo, e agora a nova iniciativa protocolada, ela dialoga com esse troca-troca que amplia além dos familiares diretos até segundo e terceiro grau. Muito obrigado. Forte abraço.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Meu querido amigo Pedro Ruas, não uma resposta ao seu pronunciamento sobre a compra de vacinas, é apenas para colocar as coisas nos devidos lugares. O senhor tem não sei se sorte ou azar de não ter nenhum governador e nenhum prefeito de cidade grande do PSOL governando, mas o PT e o PCdoB têm dois governadores, o da Bahia e o do Maranhão. E eu queria lhe perguntar, depois o senhor me responde no privado, quantas vacinas esses dois governadores compraram? Zero! A Bahia tem bastante óbitos também sob Covid e não consegue comprar. Não adianta querer fazer o prefeito Melo comprar vacinas. O prefeito Melo foi o primeiro a reunir os prefeitos da Grande Porto Alegre, a Granpal, para fazer um consórcio; não satisfeito só com esse consórcio da Granpal, o prefeito Melo participa da Frente Nacional de Prefeitos para comprar as vacinas. Então, os dois consórcios estão habilitados para fazer isso, para ter responsabilidade com o dinheiro público, não é sair comprando na farmácia, a vacina da Covid não é assim. Nós demos autorização, nem sei se o prefeito precisaria dessa autorização para comprar vacina, acho que não. Mas tem autorização, na verdade, só que o prefeito Melo tem a responsabilidade também de não vender ilusões. Nós não podemos vender ilusões que o prefeito pode ir lá no balcão e comprar a vacina. Não pode, para isso, tem um programa nacional. O governador de São Paulo, que acha que é o dono da vacina da CoronaVac, eu acho que ele tem iniciativa, mas ele não consegue segurar toda essa vacina em São Paulo, ele tem que distribuir igualmente em qualquer Estado brasileiro. A vacina da Fiocruz também, teoricamente o governo federal teria... não ele tem que entrar no Plano Nacional de Imunização, PNI, e serem igualmente distribuídas as vacinas. Então, querido Pedro Ruas, não é uma resposta a V. Exa., que sempre tem sido muito educado, inclusive nas críticas, mas quero dizer que a dificuldade ou a responsabilidade do prefeito Melo de comprar vacina não pode fazê-lo porque ele foi pelo caminho correto, assim como os

governadores também estão tentando fazer, comprar direto. O governador do PCdoB lá tentou comprar a vacina da Rússia, aí achou que não estava conseguindo comprar porque faltava a aprovação da Anvisa. E é, todas as vacinas que entram no Brasil têm que passar pelo Programa Nacional de Imunização. Olhem o exemplo da Conmebol que ofereceu as vacinas para todos jogadores que disputam partidas na América Latina. O que fizeram os clubes brasileiros? Se a Conmebol mandar para o Brasil as vacinas, os clubes vão entregá-las para o Ministério da Saúde para que sejam distribuídas igualmente para todos, ricos, pobres, velhos. Nós queremos agora que os professores sejam vacinados e que não tenham mais essa desculpa de não querer trabalhar. Tem uma diferença, professor que está preocupado com a saúde, a quem nós respeitamos muito, todos eles, todos os professores, mas tem professor que não quer voltar para a aula. Então, vamos vaciná-los para que não tenham a desculpa de não querer trabalhar, e aqueles que querem trabalhar que sejam protegidos também e voltem às aulas. Então, não é comprar vacina na farmácia, não, é muito diferente, é um Programa Nacional de Vacinação, existe responsabilidade, existem normas, existem as dificuldades de se comprar vacinas, não é ir lá na esquina e comprar como se comprasse uma aspirina. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

Vereadora Mônica Leal (PP): Só gostaria de deixar claro que o Ver. Oliboni falou que ele estava fazendo esse projeto para terminar com o troca-troca no governo Melo. Errado. O governo Melo não faz troca-troca e também não contrata familiares sem concurso. É importante deixar claro que o Ver. Oliboni protocolou esse projeto porque não existe de forma alguma regulamentação. Por fim, quero dizer que a nomeação desses CCs é absolutamente regular, garantida por parecer da Procuradoria-Geral do Município, exarado muito antes de suas nomeações e que afasta qualquer ilação de casuísmo. Quem insiste nisso só demonstra a dimensão pequena do seu caráter. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente. Venho aqui em resposta bem fraternalmente ao Ver. Cecchim que citou o nosso governador Flávio Dino, governador por quem tenho muito orgulho de ser parceira, camarada de luta, esse governador que não se escondeu em nenhum momento e que não negou o atendimento essencial à sua população, que entendeu que nós vivemos uma pandemia gravíssima e que, no primeiro momento, se coloca na linha de frente da defesa do seu povo, desde as medidas de combate à fome, a qual essa a gente sente

tanto em Porto Alegre, quanto de medidas que auxiliem o comércio nesse momento em que há uma fragilidade econômica tão grande. A gente já falou de vale-gás, vale-gasolina, é um governo muito atuante na defesa do seu povo, porque entende que não há saída individual, e sim, coletiva, que não são os embates políticos que fazem a defesa do povo ser mais ou menos eficiente, mas sim a atuação enquanto governador. Eu queria dizer que o governador Flávio Dino assinou contrato de compra de 4,5 milhões de doses vacinas, que até agora só não foram liberadas porque passam pela Anvisa, de fato, e aí a gente tem um governo negligente, genocida e que não atua na defesa do povo quando não garante auxílio emergencial, quando não trabalha para que a gente tenha a vacinação em massa da população, quando sai às ruas sem máscara e diz aí que nós vivenciamos uma gripezinha que já matou quase 370 mil pessoas e que faz com que o povo brasileiro ache que é natural morrer de Covid porque não tem medidas efetivas. E essa é uma atuação de um governo que tem como plano central matar as pessoas por Covid ou por fome. Então, queria manifestar a posição do PCdoB porque, às vezes, a gente tem a tradição de os vereadores ficarem citando os partidos e as lideranças e não trazem o conhecimento de causa. Eu tenho muito orgulho de ser parceira, camarada do governador Flávio Dino e tenho certeza de que, se ele fosse nosso governador, certamente, nosso povo viveria dias menos difíceis porque, quando a compreensão do tamanho do problema se faz presente no governo, nós temos medidas mais eficazes, mais eficientes e que dialogam com a necessidade do momento. Queria dizer aqui que é importante que a gente conheça o governador Flávio Dino, é só acompanhar as redes sociais, eu já acompanho. Sei também, não só porque é meu camarada de partido, mas porque lá tem uma publicidade e uma transparência muito grande nos programas, que eu gostaria também de acompanhar aqui em Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Presidente, eu tinha me inscrito, mas havia ido à DL, desculpa. Quero novamente parabenizar o Hospital de Pronto Socorro pelos seus 77 anos. Sabemos da importância de sempre deste hospital para Porto Alegre, para a área Metropolitana e para tantos outros Municípios do nosso Estado pela sua referência, pela sua excelência e, principalmente, neste momento de pandemia, quando tantos médicos, assistentes e enfermeiros têm dado o seu melhor e têm feito, pela população, o que pode ser feito para que a saúde seja cada vez mais preservada. Dito isso, eu gostaria de lembrar que hoje é dia do Exército Brasileiro, do nosso Exército Brasileiro que completa 373 anos, onde vemos, além do seu trabalho voltado à área militar, o Exército Brasileiro tem se destacado em várias outras atividades, como a construção de rodovias, como a questão de vacinação que estamos vendo agora. É realmente um trabalho exíguo, prestativo, de homens e mulheres que servem a esse Exército verde oliva e que muito nos glorifica e

muito nos orgulha. O Exército Brasileiro tem como seu lema o “Braço Forte - Mão Amiga”, mas mais do que isso: “se a Pátria amada for um dia ultrajada, lutaremos sem temor. E a esses nobres militares, eu rendo aqui a minha homenagem aos 373 anos de profícuo trabalho para um Brasil verde e amarelo, e que o nosso Exército Brasileiro continue a orgulhar os brasileiros e brasileiras no seu trabalho voltado realmente para a nossa Pátria.

Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0269/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 108/20, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que institui a Campanha Divas da Alegria no Município de Porto Alegre. **(SEI 020.00012/2020-76)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0086/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/21, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação Cultural Floresta. **(SEI 212.00012/2021-27)**

PROC. Nº 0147/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que concede o Diploma Honra ao Mérito à QI Faculdade & Escola Técnica. **(SEI 161.00007/2021-94)**

PROC. Nº 0225/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/21, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Luciano Hang. **(SEI 020.00009/2021-33)**

PROC. Nº 0134/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 036/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Ananias de Mello o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Um – Loteamento Liberdade Mário Quintana –, localizado no Bairro Farrapos. **(SEI 019.00004/2021-12)**

PROC. Nº 0243/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 078/21, de autoria do Ver. José Freitas, que estabelece multa a quem infringir ou afrontar a ordem

prioritária estabelecida pelo Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19 de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 034.00053/2021-30)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede a leitura dos projetos em Pauta.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente, vereadores e vereadoras. Nós temos hoje correndo, em 2ª sessão de Pauta, dois projetos que eu queria destacar, e obviamente que faço isso no que tange ao mérito dos projetos e com todo o respeito aos representantes do povo e os vereadores que os subscreveram. O primeiro é o PLL nº 078/21, de autoria do Ver. José Freitas, que estabelece uma multa a quem infringir ou afrontar a ordem prioritária estabelecida pelo Plano Municipal de Vacinação contra a Covid -19 em Porto Alegre. Até onde vejo, vereador, o seu projeto é muito meritório. Acho que é importante que haja talvez até não só a multa, como a devolução do valor da vacina, considerando o valor da passagem também, se ela vem do exterior. Então, acho importante que haja um regramento nesse sentido. Nós temos que ter porque a pena de furar a fila não é um regramento tipificado no Código Penal, mas sendo passível de multa, me parece que desestimula muita gente ou vai punir, de fato, de usarem vacina esse tipo de multa e esse tipo de devolução de valores da própria vacina. Parabéns a V. Exa. Por outro lado, e segunda questão também, há um projeto de resolução do ilustre Ver. Alvoni Medina, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Luciano Hang. Eu já disse do respeito que tenho pelo Ver. Alvoni Medina, e a minha obrigação como vereador é discutir o mérito. Como Porto Alegre vai homenagear o Sr. Luciano Hang, se nós temos aqui notícias, em todos os lugares: dono da Havan é sonegador de impostos, dono da Havan deve R\$ 10 milhões para o INSS e R\$ 117 milhões para a Receita Federa? Basta abrir o Google e colocar o nome dele: Luciano Hang... (Problemas na conexão.) ...que eu nem conheço pessoalmente, eu estou apenas dizendo que essas notícias teoricamente poderiam ser falsas, é verdade. Agora, veja bem, vereador, como é que nós vamos votar uma homenagem a uma pessoa que está com esse tipo de acusação? Não é qualquer acusação. É uma acusação muito séria. A sonegação de impostos de uma pessoa com tamanhas posses é muito grave, ainda mais num momento em que o Brasil mais precisa de recursos e que o Rio Grande do Sul, que Porto Alegre, exatamente precisam para poderem combater a pandemia. Nós não temos remédio para a intubação, o pessoal está sendo intubado a seco, eventualmente morrem de uma parada cardíaca no ato da intubação. O sonegador, que sempre foi um criminoso no Brasil, desde o primeiro Código Penal, hoje é um criminoso que deveria ser passível de um crime hediondo, na minha opinião, modesta opinião. Por isso, com todo o respeito a V. Exa., esse é um projeto que, na minha opinião, não deve prosperar, na medida em que Porto Alegre não pode homenagear, de

nenhuma maneira, o Sr. Luciano Hang com esse tipo de comportamento que ele tem em relação ao fisco estadual e federal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde, Presidente Márcio, em seu nome, cumprimento todos os colegas desta sessão nesta tarde. Eu venho a esta discussão para discutir também algumas coisas que me preocupam e me preocupa muito homenagear um cidadão que não tem uma relação próxima com Porto Alegre. Não tem, não tem. O que ele construiu para Porto Alegre? E ele tem uma ficha, no mínimo, duvidosa, do ponto de vista da relação dele com o Estado, como empresário, na questão de honrar com o seu CNPJ e seus deveres. Me parece que há robusta comprovação de que o Sr. Luciano Hang - está colocado em vários veículos de comunicação -, não dispõe de uma boa reputação como um bom pagador de impostos. Então, eu acho que isso deveria ser revisto. Tenho também muito respeito pelo vereador proponente, agora essa proposição não se coaduna às boas práticas da Câmara. Outrossim, queria discutir aqui e elogiar essa iniciativa de criar mecanismos que possam bloquear as ações daqueles que querem furar fila ou esculhambar com o calendário de vacinação contra a Covid. Acho muito meritório, acho que devemos debater consistentemente e construirmos - claro, junto ao Executivo - mecanismos para que as vacinas cheguem àqueles que mais precisam receber. Eu acho inclusive que o debate sobre a vacinação da educação deve ser feito com profundidade.

Aqui quero também lamentar a fala do líder do governo, Cecchim, de ataque à educação, a professores, professoras, dizendo que eles não querem trabalhar. Ver. Idenir Cecchim, os professores estão trabalhando mais na pandemia do que anteriormente. Estão tendo de estudar mais sobre o ensino remoto, inclusive estão fazendo várias vaquinhas para dar alimento para o povo, para o povo trabalhador das periferias, para os pais dos alunos, para os alunos. Então, eu acho que, na ausência do poder público, na ausência de uma melhor forma de dar conta da realidade, atacar quem está fazendo das tripas coração para garantir educação remota com a mínima qualidade não é salutar por parte do líder do governo. Eu queria lamentar aqui a sua fala e questioná-lo: será que o senhor tem coração? Porque toda hora é um ataque à educação. Olha, eu, como professor, fico triste, meu colega Cecchim, com a sua fala nesta tarde.

Quero seguir aqui dizendo que nós precisamos, sim, que se constituam outros laços da Câmara com a sociedade, por isso eu quero reiterar: nós não podemos dar mérito a quem não merece, o Luciano Hang não merece, inclusive ele tem um apelido, chamam-no de “véio da Havan”. Eu acho um desaforo atacar os nossos anciões, anciãs, enfim, os idosos que têm muita honra. Nós temos idosos de honra em Porto Alegre, inclusive empresário, muitos empresários que ajudaram a construir a

história desta cidade para serem homenageados por aí. Acho que esse cidadão ser homenageado aqui na nossa Câmara não é salutar.

E as pessoas precisam aprender a respeitar o calendário de vacinação e, para isso, acho que, sim, que a Câmara pode apoiar. Não sei se o mecanismo é muito, tenho dúvidas ainda, quero ouvir o proponente do projeto justificando e mostrando para nós nos posicionarmos sobre isso.

Envio um abraço a todo mundo que nos assiste e peço, como vereador desta cidade, que continuem se cuidando, continuem com os protocolos, continuem, porque essa violência da Covid é muito grande, todos os dias morrem mais e mais pessoas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e público que nos assiste nesta sessão plenária de hoje.

Na verdade, eu queria me manifestar com relação ao motivo da minha indicação em homenagear com o Título de Honra ao Mérito à QI Faculdade e Escola Técnica. Ela é pioneira em diversas atividades eficazes e inovadoras e conta com mais de 30 anos de experiência na educação profissional. Formou, ao longo da nossa história, mais de 120 mil alunos em diversas áreas de formação, com todos os cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC. A QI Escola Técnica possui os mais diversos níveis de cursos profissionalizantes, técnicos presenciais e de ensino a distância que são os EaDs; inglês, graduação e pós-graduação. É focada em oferecer uma educação profissional eficiente e eficaz, prepara os estudantes para conquistarem posições de destaque no mercado de trabalho; busca, por meio de suas atividades, aplicar os quatro pilares fundamentais da educação: aprender a fazer, aprender a apreender, aprender a ser e aprender a conviver. Diante do seu histórico de contribuição à educação e com a cidade de Porto Alegre, e com todos aqueles que fizeram parte da sua história, nós justificamos hoje a nossa homenagem à QI Faculdade e Escola Técnica. Conto com o apoio de todos os meus colegas para que nós possamos realizar a entrega desse Título de Honra ao Mérito. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Vou só comentar os dois projetos que eu acredito serem os mais polêmicos da Pauta.

Em primeiro lugar, dizer do respeito e da consideração pelas pautas do Ver. José Freitas e do Ver. Alvoní Medina, meu vizinho de gabinete. São dois vereadores pelos quais tenho muito respeito e consideração. Considero as pautas que eles trazem para esta Câmara extremamente relevantes. Elogio o projeto do Ver. José Freitas, pois eu acredito que tem uma relevância nesse momento para que a gente tenha uma manutenção da ordem, da sequência dos vacinados. Eu já havia denunciado isso inclusive na reunião com o secretário da saúde e sofri um deboche naquela ocasião, pois o secretário da saúde disse que não existia essa situação de fura-filas que eu estava narrando. É muito importante essa proposta do Ver. José Freitas, vamos avaliar, mas tudo indica que seja um projeto extremamente meritório e necessário em Porto Alegre.

Sobre a homenagem ao Luciano Hang, eu não vejo que existam convicções da nossa Câmara de Vereadores em homenagear um indivíduo como ele, condenado pelo menos três vezes por sonegação, lavagem de dinheiro; condenado à prisão inclusive. Usava um primo para lavar dinheiro, coisas que a gente não vê acontecer na nossa política nacional ultimamente. E ele também foi alvo da Polícia Federal no inquérito das *fake news* que ainda segue tramitando. Então, ele ainda pode ter mais uma condenação criminal, além de todas as condenações que ele já tem em relação à sonegação de impostos, ele ainda vai ter mais uma provável condenação nesse inquérito das *fake news* que incentivaram crimes que são a ruptura do estado democrático de direito que ele aparentemente patrocinou.

Espero que a gente nem siga a votar essa homenagem porque ela é realmente completamente descabida, até porque, no meu entender, sonegadores de impostos – como bem falou aqui o líder Pedro Ruas – são os piores criminosos que nós temos neste País. O crime de colarinho branco é muito pior do que diversos outros crimes que hoje lotam os presídios pelo País inteiro. Sonegador de impostos é o responsável pela criança sem escola, pela falta de vacina, pela falta de investimento em de segurança, saúde, educação. É por meio da sonegação de impostos, do crime do colarinho branco, que a gente não tem saneamento básico na periferia, que nós não temos o asfaltamento como deveria. E é muito interessante que a gente faça isso justamente quando vieram os auditores fiscais do Município justamente tratar desse assunto.

Então, eu acho um contrassenso, acredito que seja um contrassenso homenagear uma figura que, além de ser criminosa, ainda, com certeza, é a responsável por grande parte dos problemas que nós temos no nosso País. A gente sabe que desigualdade social, falta de acesso à educação, ao saneamento básico, à saúde, além de serem uma violência por si própria, essa falta de serviço básico que o Estado não consegue dar para a população, ainda vai gerar criminosos porque a gente sabe que a desigualdade social e falta de alternativa empurram muitas pessoas com necessidade para esse lado. Então, eu espero que ainda seja retirada da Pauta essa homenagem para que a gente não passe por essa situação na Câmara de Vereadores, com todo respeito, ao Ver, Medina. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente, vereadores. Quero aproveitar este espaço de liderança, em primeiro lugar, para parabenizar o Hospital de Pronto Socorro. Não falei durante a homenagem, mas quero parabenizá-lo porque a gente sabe da importância do Hospital de Pronto Socorro, não só para Porto Alegre, mas para todo o Estado do Rio Grande do Sul, principalmente para a Região Metropolitana. Dificilmente alguém não tenha um parente, algum amigo que já não tenha utilizado os bons serviços prestados pelo Hospital de Pronto Socorro. Então, presto minhas homenagens ao Hospital de Pronto Socorro e a todos os seus trabalhadores.

Quero dizer que é um excelente trabalho que é feito por esse hospital, que é um órgão público, é do governo municipal, mas infelizmente nós tivemos, nos últimos dias, circulando, numa data tão importante para o hospital, um vídeo de alguns sindicatos, como o Simpa – não vou citar os outros nomes aqui para não cometer uma injustiça –, falando mal dos servidores da saúde privada, dizendo que eles não têm competência, que foram contratados para taralhar no Hospital de Pronto Socorro e fizeram um trabalho ruim e estão (Expressão retirada por determinação do Presidente .) a imagem. É um absurdo a forma como isso foi colocado nesse vídeo. Inclusive o Ver. Ramiro Rosário já tem uma moção de repúdio direcionada a esse sindicato e a outros e associações que participaram, e eu vou me somar ao Ver. Ramiro, vou assinar porque é uma discriminação com os profissionais da saúde. Nós não podemos discriminar dizendo que um médico só é bom se resolveu seguir a carreira pública! Então, não existe advogado bom se não for juiz? Porque fez um concurso público; se não for promotor. Um médico que resolveu não seguir a carreira pública não é bom, um médico que não fez concurso público não é bom, o enfermeiro, o técnico de enfermagem... nós não podemos fazer essa discriminação. É um erro do sindicato, e espero que ele assuma o seu erro, que retire esse vídeo que está circulando pelas redes sociais e faça um novo falando bem de todos os profissionais da saúde.

Nós estamos num momento muito difícil que é o da pandemia da Covid-19. O Município e o governo do Estado, tanto o prefeito quanto o governador têm feito um esforço gigantesco para atender as pessoas. O sistema chegou a um alto índice de atendimento, estávamos quase colapsando agora, graças a Deus, está diminuindo, até mesmo porque as vacinas estão acontecendo, as pessoas estão se vacinando. Nós já não temos medo com a falta de vacinas, gostaríamos que tivessem mais vacinas, mas já temos um grande número de pessoas vacinadas. Espero que esse número continue aumentando e a gente volte à vida normal, mas médicos e enfermeiros que não são concursados também são contratados por diversas instituições que aumentaram o número de atendimentos, fizeram um atendimento gigantesco para poderem atender à população de Porto Alegre e merecem todo o nosso respeito.

Então, falo com muita indignação contra esse ataque aos profissionais da saúde que estão prestando serviço de forma terceirizada no Pronto Socorro e foram de

forma indiscriminada... faltam até palavras para fazer a defesa dos profissionais que não merecem esse tipo de tratamento.

Espero que todos os vereadores desta Casa votem favoravelmente à moção de repúdio do Ver. Ramiro, quando estiver em pauta, porque é um desrespeito que foi feito com esses profissionais de saúde num momento de colapso da saúde, em que todos estão fazendo um esforço gigantesco para atender à população. Portanto, mais uma vez, peço ao sindicato que revise essa sua atitude e que todos os vereadores desta Casa sejam favoráveis à moção de repúdio que logo ali na frente nós vamos fazer o debate, porque pode até ser contrário à terceirização da saúde, às parcerias público-privadas, mas é um ataque pessoal aos profissionais da saúde, não é admissível, e eu não vou admitir, além de ser favorável, sim, que se possa ter uma saúde pública não estatal na cidade de Porto Alegre. Um grande abraço a todos os profissionais de saúde não concursados que prestam um excelente trabalho e a todos aqueles profissionais da saúde que merecem o nosso respeito, concursados ou não concursados, mas falo especialmente a esses que foram, de forma indiscriminada, atacados pelos sindicatos. Um grande abraço e que possam continuar trabalhando pela saúde no Município de Porto Alegre. Muito obrigado a todos vocês, profissionais da saúde, independentemente de serem do serviço público ou do serviço privado, todos vocês têm feito um excelente trabalho nessa pandemia e merecem todo o nosso respeito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, vou falar sobre alguns assuntos importantes aqui, vou começar pelo Ponto Socorro de Porto Alegre. Por volta do ano 2000, mais ou menos, fiz um estágio no Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre, sou técnico em administração hospitalar. Na juventude, fiz esse curso na Escola Técnica em Saúde, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, e fiz estágio em alguns lugares, num deles, o Pronto Socorro. O Pronto Socorro um local de excelência, lá trabalham excelentes profissionais. E eu acho a profissão – eu sou advogado por formação e tenho algumas pós-graduações na área do direito –, de médico tão bonita, a do enfermeiro, do técnico em enfermagem, do técnico em patologia, do auxiliar de enfermagem, do nutricionista, do que trabalha na ambulância; toda a profissão da área da saúde é divina, é maravilhosa. Os profissionais de saúde não pararam um minuto em prol de proteger a vida de milhões de brasileiros.

Eu tenho um pouco de dificuldade de entender como a gente vai valorar qual o profissional de enfermagem que errou, qual que é ruim, qual médico é bom, qual médico é ruim; todos são muito bons. E sendo auxiliar de enfermagem, um técnico de enfermagem, um bacharel de enfermagem; um médico demora anos para se formar na faculdade, uma faculdade difícil, quero fazer uma homenagem muito especial para

todos os trabalhadores da área da saúde, seja quem trabalha na iniciativa privada, seja quem trabalha no serviço público. Eu sou servidor público há mais de 20 anos, sou concursado, mas nem por isso eu vou desmerecer quem optou por trabalhar na iniciativa privada. Temos excelentes profissionais em todas as áreas, tanto no serviço público quanto na iniciativa privada.

Quero falar também dessa homenagem ao empresário Luciano Hang, conhecido como “vêio da Havan”. Não vejo por que não apoiar essa homenagem até porque ele está trazendo centenas, para não dizer milhares, de empregos para o Estado do Rio Grande do Sul, temos que apoiar o empreendedorismo em todas as áreas e apoiar também a livre iniciativa.

Também quero dizer a vocês que é o meu primeiro mandato como vereador de Porto Alegre e, embora eu discorde, algumas vezes, das ideias de alguns vereadores, pelas suas posições ideológicas, mas, em nenhum momento eu faltei com o respeito com qualquer dos vereadores aqui presentes. Até me atrevo a dizer que eu tenho um bom relacionamento com os outros 35 vereadores, trato todos com muito respeito, dentro dos princípios que norteiam a administração pública. E acho que nós temos, sim, que exercer a diplomacia, o respeito e a cordialidade entre os vereadores e discutir pautas de Porto Alegre, pautas que diretamente possam afetar o dia a dia dos porto-alegrenses.

Recentemente, eu estive na Lomba do Pinheiro e consegui resolver um pleito importante, são 500 famílias ali esperando a regularização dos seus imóveis, e ficaram sem luz. Ali tem uma creche que está fechada em função da pandemia, mas ali havia gêneros alimentícios que foram perdidos. Então, foi restabelecida a luz lá na parada 15 da Lomba do Pinheiro.

E seguidamente eu vou nos bairros para conversar com as pessoas, vou lá no Partenon, um abraço para o Paulo do Partenon; para o Scooby, lá da Restinga, tenho conversado muito com as pessoas. Quero dizer que Porto Alegre está melhorando, mas está melhorando a passos muito lentos.

Quero reforçar o que eu já falei esses dias aqui, primeiro, quero mandar um abraço muito especial para os meus amigos da CDP, para o Dr. Fabiano e toda a sua equipe lá da CDP.

Eu ando pelo Centro de Porto Alegre e vejo que o nosso Centro está precisando de um *up*, está precisando de carinho. Eu vejo muitas pichações, eu vejo lixo esparramado no Centro de Porto Alegre, pessoas que estão utilizando aquelas lixeiras menores como se fossem contêineres. Então, o nosso Centro de Porto Alegre está precisando de mais iluminação e de um carinho especial. Porto Alegre não é só o Gasômetro, né?! Sendo que o Gasômetro é a menina dos olhos, mas o Centro de Porto Alegre precisa de mais atenção. Deixo este recado. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Questão de Ordem.

Vereadora Karen Santos (PSOL): A minha manifestação é bem breve, o Ver. Mauro utilizou novamente o termo “denegrir”, que é um termo racista. Nós já colocamos isso em sessão, nós já colocamos isso no grupo de WhatsApp dos vereadores. O termo significa tornar negro. E ele utiliza isso de forma pejorativa, por isso o conteúdo racista desse termo. Não é a primeira vez que os vereadores utilizam esses termos. Nós já avisamos, enquanto vereadores negros, enquanto bancadas negras. Na legislatura passada, eu criticava muito o Ver. Valter Nagelstein por se utilizar desse termo para retratar situações ruins. Então novamente eu peço aos vereadores e vereadoras que não utilizem esse termo. Se eu começar a utilizar as expressões “fazer branquice”, “coisa de branco”, eu sei que vou criar um constrangimento aqui nesta Casa também. Então, vamos respeitar os acordos; vamos respeitar o acordo que nós temos em relação ao sentido das palavras. As palavras têm sentido e o sentido da palavra denegrir é um sentido racista. Peço novamente que os vereadores não utilizem essa palavra de forma pejorativa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Questão de Ordem.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, quero referir que estamos agora com uma fiscalização da palavra. É um absurdo isso. A partir do momento em que o vereador não pode falar palavras da língua portuguesa, tranquilamente definidas no dicionário, porque alguns vereadores acham que é uma questão de preconceito, isso é um absurdo! Nós estamos falando de língua portuguesa. Denegrir é um verbo e não tem nada que ver com preconceito, não tem nada que ver com racismo. E isso é uma vergonha aqui na Casa! Esses debates já foram muito melhores. Infelizmente esta Casa está com debates rasos e que não levam a lugar algum. Quero dizer que, infelizmente, se disser “vegetariano” é ser contra o filé. É um absurdo o que a Ver.^a Karen está falando. Eu acho que temos muito mais o que fazer do que ficar discutindo palavras da língua portuguesa. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Questão de Ordem.

Vereador Leonel Radde (PT): Olha, Nádia, se uma pessoa negra diz que se sente ofendida várias e várias vezes com uma palavra, não nos cabe, como brancos, ficar julgando isso! Eu não me impressiono, vindo da senhora, esse tipo de fala. É mais respeito. Não custa mudar essa linguagem. Não custa mudar esse tipo de postura. Há pesquisas em relação a isso, não saiu da cabeça de alguém que saiu falando isso. Temos que respeitar. O que custa termos o mínimo de diplomacia, de consideração, de entender que aquilo machuca? Para quem não é machucado, é fácil dizer o que é e o que não é. Então, vamos cuidar um pouquinho, vamos respeitar, que eu acho que é o que vale a pena aqui. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Questão de Ordem.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Olha, Presidente, a questão do “denegrir” como algo pejorativo, absolutamente pejorativo - que sempre foi - e que vincula à raça negra não é uma questão da Câmara. É uma questão mundial. “Denegrir” em espanhol também não se usa, é passível de crime. É no Brasil inteiro; não é uma questão da Câmara. Então, é importante. Os vereadores e as vereadoras podem se sentir no direito de usar, mas isso tem consequências. Nós temos visto acontecer. Tem consequências. Há pessoas que achavam que isso não iria acontecer nada e está acontecendo. Eu acho que a Ver.^a Karen, com todo o respeito, com toda a educação, faz um alerta, faz um pedido e, é claro, não se esperava a concordância de todas as pessoas, particularmente de algumas; mas se imaginava que as pessoas recebessem isso como um alerta. É um alerta. Isso é um pedido, num primeiro momento; e um alerta num segundo. Não pode. Ponto. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): A minha colocação é em cima do posicionamento da Ver.^a Nádia. Eu acho que senhora se equivoca, vereadora. Deveria se colocar no lugar das negras e dos negros. Se a condicionante social estabelece a palavra “denegrir” como uma postura, uma ofensa racista, por que não banir essa palavra? Por que não a banir? A minha fala é no sentido de que nós temos que ter aqui um vocabulário condizente com o nosso tempo histórico. O nosso tempo histórico é 2021! E os movimentos negros de todo o País dizem que a palavra “denegrir” é racista, o seu cunho é racista, portanto ela deve ser banida. Eu solicito que ela seja retirada dos autos, inclusive desta nossa sessão legislativa com a conotação que ela apareceu aqui na fala do Ver. Mauro Pinheiro. Isso é o nosso reconhecimento coletivo, não é individual de cada um. É coletivo, como parlamentares deste tempo histórico, na superação das injustiças, na superação disso tudo que a gente não concorda. E eu tenho certeza de que a senhora, Comandante Nádia, não concorda com o racismo; portanto, vai, sim, banir essa palavra do seu vocabulário. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Questão de Ordem.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, me deu um branco aqui: a que se referem todas essas questões de ordem? Ninguém mais sabe o que é o Regimento? Olha, sugiro que a Escola do Legislativo possa dar aulas sobre Regimento Interno porque isso aqui está virando uma bagunça. É a Escolinha do Professor Raimundo isso aqui. Não tem mais nenhum cumprimento de ordem regimental: em uma sessão, tudo virou questão de ordem - debate ideológico, político, racial. O que mais

interessa para a população não é debatido, que são os projetos que beneficiam a cidade. Obrigado. Espero que a questão de ordem seja devidamente respeitada e feita da forma correta.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver Mauro Pinheiro está com a palavra.

Vereador Mauro Pinheiro (PL) (Requerimento): Presidente, eu achei que ia me surpreender, achando que a Ver.^a Karen iria se somar ao nosso repúdio em relação ao ataque do Simpa aos profissionais de saúde, mas ela veio para trazer o português, que se ofendeu por uma palavra que foi usada durante um discurso, sem a menor intenção de racismo. Para contentar, para não criar mais polêmica e que isso não tire o nosso dia de debates, podemos substituir assim como o Ver. Jonas nos pediu, acho que é importante então, para não criarmos um maior problema com a Ver.^a Karen. Quero dizer que não foi com essa intenção, mas podemos trocar a palavra. Sinônimos de denegrir, podemos usar no meu discurso: “difamar”, “desonrar”, “abocanhar”, “aviltar”, “caluniar”, “conspurar”, “desabonar”, “desacreditar”, “deslustrar”, “enlodar”, “enxovalhar”, “infamar”, “injuriar”, “macular”, “rebaixar”. Qualquer um desses termos pode substituir essa palavra, são todas elas sinônimos, estão no dicionário e nenhuma delas é racista. Para não criar uma polêmica com a Ver.^a Karen, então, eu peço que substitua a palavra, e peço desculpas, pois não foi essa a intenção, do racismo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para uma Questão de Ordem.

Vereadora Reginete Bispo (PT): Presidente, eu, aqui, quero colaborar com as falas que me antecederam no sentido de pedir que essa palavra “denegrir” seja suprimida. É uma palavra da língua portuguesa, mas ela expressa uma concepção, um entendimento de que negro – negro é raça, não é cor –, produz coisas nefastas, como o Ver. Mauro Pinheiro acaba de demonstrar, ao apresentar sinônimos. Quero dizer também que eu fico impressionada como as pessoas se negam a debater a pauta do racismo e dizer que é um tema menor. Racismo hoje é a principal pauta política, econômica e social do nosso País, porque estamos discutindo um País que é estruturalmente racista e por isso deixa milhões e milhões de pessoas de fora das políticas públicas e do desenvolvimento social e econômico. Então, isso tem que ver, sim! Cada manifestação racista que ocorre aqui de um parlamentar tem que ver, sim, com todas as pautas que estamos tratando, inclusive as de enfrentamento à Covid, porque nós sabemos que quem está morrendo são as mulheres, os negros e os moradores da periferia. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro já solicitou a retirada do termo, isso está registrado e consignado.

A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Dando continuidade na Pauta...

Há uma pergunta aqui de um vereador: se tranca ruas pode falar? Pode falar, sim, mas não para ilustrar coisas pejorativas. Tranca ruas é uma divindade das religiões de matriz africana e não pode ser usada para expressar elementos negativos. Aliás, é uma divindade muito, muito, muito reverenciada aqui no Brasil. Não pode utilizar. Assim como temos respeito pelas religiões cristãs, budistas, a gente pede respeito pelas nossas divindades.

Na Pauta, quero primeiro parabenizar a Mesa, que homenageia o HPS pelos seus 77 anos e dizer da importância do HPS, da importância do SUS, da relevância do serviço do HPS, especialmente do SUS, que tem garantido a saúde de milhares e milhares de porto-alegrenses e gaúchos, saúde de qualidade e gratuita.

Quero dizer também que eu tenho uma opinião contrária em relação a homenagear o empresário Luciano Hang, o “véio da Havan”, por “n” razões, algumas já foram ditas aqui, mas, primeiro, foi uma pessoa que, no início da pandemia, em vez de ocupar a sua liderança, enquanto empresário, menosprezou, minimizou o impacto da pandemia, dizendo que, se morressem cinco mil pessoas, não teria problema, que isso não representava nada. Os cinco mil do Luciano da Havan vão se tornar 500 mil. Hoje já são quase 400 mil mortos. Então, não dá para a nossa cidade, que está deixando de ser o epicentro da pandemia, homenagear um empresário desse porte, e ainda sonegador. Há dois dias, a empresa dele foi condenada por assédio moral a um funcionário deficiente físico. Então, a lista de elementos negativos em relação a esse senhor é grande; não faz sentido homenageá-lo. Devemos homenagear aqui pessoas que sejam proativas, que tragam bons exemplos, especialmente para superarmos este momento de crise profunda em que vive nosso País e que vive a nossa cidade. Vamos pegar exemplos de bons empresários. Inclusive, a rede Havan foi uma das que mais demitiu durante a pandemia e é uma das redes que mais enriqueceu, está entre aqueles milionários que se tornaram mais milionários durante a pandemia. Então, eu gostaria de deixar isso para a reflexão dos senhores, na hora de definir se homenageamos ou não.

Parabenizar também o Ver. José Freitas pela proposição de criar mecanismos que punam os fura-filas. Realmente é um fato que vivemos numa pandemia onde estão morrendo muitas pessoas, inclusive sem condições de estar fazendo a disputa para estar nesta fila, como são as trabalhadoras domésticas, pessoal da limpeza urbana, caixas do supermercado, rodoviários, frentistas de postos de gasolina. Então nós temos que lutar, sim, para colocar essas pessoas como prioridade e tirar os fura-filas. Há, inclusive, empresas promovendo esses fura-fila como a gente verificou nos meios de comunicação, Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Vereador Jessé Sangalli está palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Eu estava ouvindo as intervenções dos colegas vereadores e estou vendo a repercussão da homenagem ou não ao Sr. Luciano Hang, da Havan, ouvi algumas palavras e inclusive

algumas mentiras, que eu gostaria de colocar, pois eu acho importante. Acho que toda a iniciativa empreendedora, especialmente num momento de crise como essa que nós estamos passando, tem que ser louvada, e a Havan é uma empresa que gera muitos empregos no Estado do Rio Grande do Sul, já está instalada na cidade de Viamão, está se instalando em Porto Alegre, mas já está em Pelotas, em Caxias, e se não me engano, em Santa Maria. E eu quero só corrigir a fala, se não me engano da vereadora Reginete Bispo, no sentido de que ela falou que a Havan foi uma empresa que demitiu milhares de pessoas na pandemia. Isso é mentira! Eu posso falar isso porque ouvi, na semana passada, a fala do Luciano Hang, numa entrevista à *Jovem Pan*, falando que inclusive uma das iniciativas de a empresa solicitar autorização para vacinar os seus funcionários está no sentido de evitar a demissão desses funcionários. Durante a fala do Sr. Luciano Hang, que não quero acreditar que ele estivesse mentindo, ele mencionou que nenhum funcionário foi demitido das suas empresas. Entendo que existe uma questão de retórica por trás, onde cada setor político tenta provar seus argumentos, mas gostaria que esses argumentos que fossem utilizados levassem em consideração a verdade. Acho que o senhor Luciano Hang tem dificuldade, sim, como qualquer empreendedor tem dificuldade no Brasil, mas, pelo esforço, inclusive, de ter mantido seus funcionários podendo demitir, acho que ele e tantos outros devem ser homenageados porque é um desafio muito grande empreender no Brasil. Só quem passou por isso sabe!

Nós estamos desenvolvendo, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da cidade de Porto Alegre, uma proposta de que, durante a fiscalização, o fiscal da Prefeitura de Porto Alegre seja obrigado a entregar para o empreendedor que está sendo fiscalizado uma cartilha dizendo quais são os direitos do empreendedor, onde ele busca orientação para corrigir eventuais incorreções, e quais são as alternativas para entrar com recurso, as multas, porque o que acontece hoje é que, infelizmente, o Estado trata o empreendedor como marginal. Quando eu fui visitar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, conversei com o secretário falando de algumas denúncias que chegaram ao meu gabinete sobre fiscalizações tidas como abusivas e perguntei ao secretário quais eram os meios de comunicação da Prefeitura com o empreendedor. Tem o *site* da Prefeitura, depois que é feito o auto de infração ele recebe ali o local onde pode recorrer, mas não é entregue de maneira prévia ao empreendedor que vai ser fiscalizado uma cartilha com seus direitos. Não é entregue para ele uma cartilha de quais são os métodos para ele buscar aperfeiçoamento. E sei que este governo tem a ambição de se tornar mais parceiro do empreendedor, e por conta disso trouxe essa proposta que foi prontamente aceita pelo secretário, e eu gostaria de dizer que realmente as pessoas precisam ser bem tratadas. Isso não quer dizer ser submisso, mas nós temos que ver os empreendedores como parceiros no desenvolvimento econômico da cidade, que geram emprego, geram renda e geram oportunidades. Eu vejo que o senhor Luciano Hang é um desses empreendedores que trouxeram desenvolvimento para o País, e eu acho que, nesses termos, merece, sim, o nosso reconhecimento.

Então só para corrigir a verdade com relação à fala da vereadora, as lojas Havan não demitiram durante a pandemia. Não passo pano para empreendedor, mas

acho que é justa a homenagem, e parablenzo o vereador que a propôs. Meu voto será favorável, respeitendo cordialmente a opinião dos outros vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Reginete Bispo (PT): Como o vereador Sangalli me citou, inclusive me chamou de mentirosa, se ele for no Google ver, é a imprensa que notícia que Luciano Hang demitiu mais de quatro mil trabalhadores, inclusive agora durante a Semana Santa. Demitiu, neste ano, mais de quatro mil trabalhadores. Se alguém faltou com a verdade, com certeza, não fui eu, deve ter sido este empresário ao comentar que não demitiu. Não só demitiu, como difundiu desde o início da pandemia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadora, aí a senhora está entrando na questão do mérito do projeto que vamos discutir mais tarde.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero entrar em dois assuntos que foram tratados agora no decorrer de liderança e Comunicações.

Primeiro, quero dizer que a cidade de Porto Alegre tem centenas de empresários para homenagear. Nós temos empresários que têm loja no Centro de Porto Alegre, que têm loja nos bairros, pessoas que ajudam nossa economia, que geram empregos. Mais de 70% de empregos gerados no Brasil são de pequenos e médios empresários. Agora, nós homenageamos uma pessoa que somente neste período – e a Ver^a Reginete está correta, são dados do CAGED, e contra dados não existem argumentos – demitiu mais de quatro mil pessoas! Essa pessoa que deve milhões para o Imposto de Renda, que deve milhões para a Previdência, que pegou mais de 53 empréstimos a fundo perdido no BNDES! Assim qualquer um vira empresário neste País! Ele se beneficiou de empréstimos e isenções no governo Lula, se beneficiou no governo Dilma, se beneficiou no governo Fernando Henrique, e vem se beneficiando... É uma empresa, como temos várias aqui em Porto Alegre, que foi se beneficiando de isenções fiscais, se beneficiando com o não pagamento de tributos e impostos. Aí a cidade de Porto Alegre, que tem milhares de empreendedores passando trabalho, passando dificuldade e que não tiveram 53 empréstimos do BNDES, que não tiveram a possibilidade de não pagar Imposto de Renda, de não recolher previdência, e não tiveram uma série de benesses que esse cidadão vem tendo... “Ah, porque gera emprego.” Mas quantos empregos geram e quantos empregos se perdem, quantas empresas quebram quando vêm para fazer o *dumping*, quando vêm para vender o produto mais barato do que aquela loja que está ali perto está vendendo? O que é isso gente?! Eu sou comerciante nesta cidade há muito tempo, eu entendo um pouquinho o que gera de visual o grande empreendimento e o que gera de desemprego o grande empreendimento.

Então a cidade de Porto Alegre, os seus empreendedores, pessoas que saem de manhã para levar o sustento para sua família, que geram quatro, cinco ou seis empregos, no seu montante geram milhares de empregos, é que merecem a homenagem desta Casa, não uma pessoa que sonega impostos, uma pessoa que demite, dados do CAGED, somente no mês de março, mais de quatro mil trabalhadores, enquanto os pequenos estão segurando os trabalhadores, estão segurando os empregos.

Outra questão que quero discutir aqui com os vereadores, e não sei quem foi que falou, mas eu acho que nós temos que ter um certo respeito, pois, quando tiver uma manifestação de rua e as pessoas estiverem lá fazendo bloqueio da rua, são bloqueadores de rua. O Tranca Rua das Almas, entidade de religião de matriz africana. O Tranca Rua, que é homenageado por esta Casa e que está no calendário de Porto Alegre, é uma entidade que abre os caminhos para as pessoas. Quando as pessoas precisam de alguma coisa, precisam arrumar emprego, precisam uma melhora de saúde, quando as pessoas precisam melhorar, elas apelam para o Tranca e para o Destranca Rua, são duas entidades das religiões de matriz africana – umbanda, batuque, candomblé, quimbanda, todas as religiões de matriz africana – muito cultuadas, muito respeitadas pelo papel espiritual que exercem na vida das pessoas, seja uma pessoa que quer uma escola para seu filho, quer uma vaga em hospital, que quer alguma coisa, a entidade é acionada para destrancar isso, para dar essa vontade que a pessoa tem. É o Seu Tranca Rua, seja ele Tranca Rua de Cruzeiro, de encruzilhada, da lombá, ele é que ajuda as pessoas. Então acho que realmente esse termo fica muito pejorativo quando se usa assim. São os bloqueia-ruas, então ou qualquer outra coisa. Realmente, nós vamos entrar num cunho religioso e principalmente numa homenagem que esta cidade faz ao Sr. Tranca Rua. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que faça a verificação de presenças para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h27min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

De imediato, conforme a deliberação do colégio de líderes, suspenderemos a sessão para a realização da reunião conjunta das comissões. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h29min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 19h12min: Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura do Ofício nº 181/GP, do prefeito municipal, encaminhando o Veto Parcial ao PLL nº 102/18.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1103/18 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 102/18, de autoria do Ver. José Freitas, que determina a prioridade de atendimento no Município de Porto Alegre e garante acesso aos assentos prioritários no transporte coletivo às pessoas que realizam tratamento de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou que utilizam bolsa de colostomia. **(SEI 087.00115/2019-46)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela manutenção do Veto Parcial (empatado);
- da **COSMAM**. Relator Ver. Aldacir Oliboni: pela rejeição do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 16-04-21 (sexta-feira).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 102/18, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, vereadores, vereadoras, o projeto só apresentou motivos para ser sancionado e não vetado. As explicações da assessoria do prefeito, na qual ele assina o parecer do veto, na verdade, justificam o projeto do Ver. José Freitas, porque ele repete que as pessoas que são objeto do projeto, que moveram o Ver. Freitas na busca de um tratamento humanitário e igualitário, continuam com as mesmas necessidades. Eu sei que esse argumento é chover no molhado, pois a base do governo vota com o governo até para apagar a lua, apagar o sol e derrubar a lua, mas, o que eu quero dizer, com todo o respeito, é que a única justificativa, Ver. Freitas, é de que interfere no poder público. Ora, se interfere, interfere positivamente, por óbvio. É claro que interfere. Qual é o projeto que vai beneficiar alguém que precisa, como essas pessoas necessitam de tratamento prioritário, de atendimento num nível superior e preferencial, que não interfere no poder público? É claro que interfere no poder público, na política pública, positivamente - interfere para modificar para melhor. Então, a discussão que se faz, e no posterior encaminhamento, é para dizer que a única frase, Ver. Freitas, que o prefeito colocou ali, no meu ponto de vista, e olha que eu conheço projetos de lei e vetos, que, juridicamente, seria para contestar, justifica mais ainda o seu projeto. Então, por óbvio, esse veto deveria ser derrubado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 102/18, com Veto Parcial.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Eu peço, encarecidamente, para os colegas derrubarem o veto do prefeito. Esse projeto de lei do Ver. José Freitas tem uma relevância gigantesca na nossa sociedade e tem como objetivo mitigar o sofrimento de algumas pessoas que passam por tratamento, que têm seus problemas de saúde e que precisam se deslocar, precisam de atendimento em estabelecimentos bancários, em determinados estabelecimentos para pagar suas contas, fazer algum acerto, pedir alguns empréstimos, pois, muitas vezes, essas pessoas ficam em condições econômicas muito precárias. É quase desumano nós votarmos contra um projeto de lei dessa relevância e dessa importância que o Ver. José Freitas traz para esta Casa. Se existe um projeto relevante, que merece ser aprovado e ter a sua relevância e preponderância levada até a sociedade, porque vai trazer um benefício real a todos os cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, é esse projeto do Ver. José Freitas, que traz um cuidado, uma visão humana, uma visão relevante para uma população que sofre. Já está sofrendo por problemas de saúde, em razão dos tratamentos aos quais são submetidos, que causam imenso desconforto, dor, enjoo, e, muitas vezes, ainda têm que passar por um outro sacrifício, que é a de ficar em filas, de pé no transporte público, não conseguir atendimento no horário, chegar num estabelecimento, não conseguir o atendimento, ainda ter que remarcar novamente e passar por todos os processos novamente. Honestamente, se não é para nós votarmos nos projetos que favoreçam aqueles que mais necessitam na cidade

e aprovarmos esse tipo de projeto, eu não sei muito bem o que nós fazemos aqui, então. Deixo todo o meu apoio e peço voto favorável ao projeto apresentado e que está sendo analisado agora pela Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLL nº 102/18, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa noite a todos. Na verdade, o que o prefeito vetou foi a parte dos órgãos privados. No projeto inicial, não constavam os órgãos privados. Então, o projeto determina, no art. 1º, a prioridade de atendimento ao Município de Porto Alegre e garante acesso aos assentos prioritários do transporte coletivo a pessoas que declararem estar em tratamento por meio de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, utilizar bolsa de colostomia, ou estar em tratamento de outras enfermidades prejudiciais às suas motricidades. E o que foi vetado foi o parágrafo único, que diz que a prioridade a que se refere esse artigo será observada em filas de instituições bancárias, casas lotéricas, supermercados, hipermercados, ou congêneres, e em órgãos públicos municipais, em que houver atendimento ao público. Então, a parte que o prefeito vetou, na verdade, foi só a parte dos órgãos privados e, por isso, eu encaminho, em concordância com o governo, para a manutenção do veto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 102/18, com Veto Parcial. (Pausa.) Desiste. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 102/18, com Veto Parcial, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É claro que surge um constrangimento de encaminhamento, quando o próprio autor do projeto vetado parcialmente encaminha pela manutenção do veto. Ainda assim, essas coisas não são pessoais, o projeto continua com o seu mérito. Imaginem que, neste parágrafo vetado, está exatamente o atendimento de órgãos públicos municipais. Se nem isso for prioridade, Ver. Freitas, o que seria? O que seria mais importante, e onde mais poderia atuar o poder municipal? Mesmo com o encaminhamento do Ver. Freitas no outro sentido, encaminho, com muita firmeza e com muita convicção, no sentido de que seja derrubado o veto, porque o projeto é útil para a sociedade no seu todo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 102/18, com Veto Parcial.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu já estou aqui no escurinho porque já é noite, eu fiz de propósito esta pouca luz aqui, e nós estamos trabalhando. Podem falar o que quiserem da Câmara de Vereadores, menos que os vereadores não trabalham. Todos trabalham. Agora, imaginem, meus queridos colegas, o constrangimento da oposição de se arrepender de ter elogiado o projeto. O autor do projeto entendeu, junto com o prefeito, que não dá para ditar certas normas ou leis em cima do privado. Aquilo que cabe ao prefeito e à Prefeitura, *o.k.*, o prefeito aprovou, e nós todos, lamentando e solidários à oposição que teve os elogios perdidos, digamos assim, que não conversou com o autor do projeto, para saber qual a opinião dele sobre o veto, foi simplesmente para enfrentar o prefeito, o veto do prefeito. Então, queridos colegas, vamos manter o veto para o bom atendimento às pessoas que precisam, que, realmente, precisam. Parabéns, Freitas! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 102/18, com Veto Parcial.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, só para dizer que a nossa posição é uma posição muito clara. O fato de o autor do projeto ter concordado com o veto parcial não nos convence em também concordar. O vereador é da base do governo. Eu tenho visto, ao longo da minha experiência de vereador, tanta pressão exercida sobre vereadores da base do governo, às vezes, que eu não vou fazer um julgamento do vereador que retirou parte do seu projeto, por que é que ele deixou de sustentar isso. O fato é que a sua posição não determina a nossa. Nós elogiamos o projeto, porque nós consideramos que o projeto é bom, nós não fizemos elogio ao projeto para tentar agradar ao vereador A ou B, para agradar a ninguém. A nossa posição é orientada pela nossa convicção. Ao contrário do que diz o líder do governo, nós, sim, estamos trabalhando até tarde, mas produzindo muito pouco. Nós ficamos durante três horas, praticamente, discutindo um projeto da vice-líder do governo, a Ver.^a Nádia, que é um desserviço à cidade. A Câmara de Vereadores tem ficado muitas horas em debate, mas essas horas têm sido muito pouco produtivas infelizmente, porque a Câmara de Vereadores está orientada a defender uma lógica que é uma lógica que nega a ciência, que não, de fato, defende a vacina, que não defende o interesse público. Infelizmente, esse é o quadro da nossa Câmara de Vereadores hoje. Não adianta ficar horas em sessão, se a produção dessa sessão são resoluções lamentáveis, como nós tivemos há pouco. Sim, nós vamos votar pela derrubada do veto.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O ilustre líder do governo, meu pessoal amigo Ver. Idenir Cecchim, sempre tão elegante nas manifestações, referiu que a oposição poderia estar arrependida dos elogios. Não, Cecchim, não está arrependida; o elogio não era ao Freitas, o elogio era ao projeto. O Ver. Freitas é autor do projeto e, se ele quiser tomar como elogio isso, é ótimo; se não quiser, também é irrelevante. Nós vemos o projeto em si...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Pedro, o senhor já encaminhou, já está entendida a posição.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É que foi referida a oposição. Quero dizer que não há arrependimento algum de elogiar o projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 102/18, com Veto Parcial.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Encaminho o voto pelo Partido dos Trabalhadores. A Fernanda Barth está fazendo algumas falas aqui no *chat* - eu recomento que ela reconheça a democracia. Na democracia, as pessoas falam, ainda pode falar, as pessoas divergem, as pessoas podem cobrar posições dos vereadores sobre algumas pautas, é assim que funciona. Parece que tem algumas pessoas que ainda não estão acostumadas com a imunidade parlamentar, essas questões, enfim.

Não há arrependimento na votação favorável ao projeto de lei. Estamos pedindo a derrubada do veto da Prefeitura, porque o que nós queremos, como Partido dos Trabalhadores e a oposição como um todo, é ampliar o máximo os direitos dos cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, principalmente para aqueles e aquelas que mais precisam, que são as pessoas que estão passando por dificuldades, com uma doença severa que deixa essas pessoas debilitadas. Eu sei disso, porque a minha mãe faleceu de câncer, inclusive, votei e fiz uma fala em homenagem ao projeto, elogiando o Ver. José Freitas. Não há qualquer tipo de arrependimento ou qualquer tipo de vergonha em votar favorável, porque, como eu já referi, nós acreditamos que um projeto desse perfil, com uma proposta que abranja a população que ele está abrangendo, é extremamente necessário e, quanto mais espaço ele tiver, mais locais ele estiver sendo efetivo, mas bem-estar nós estaremos trazendo a toda a população de Porto Alegre. Continuamos defendendo o voto favorável ao projeto e contra o veto. Isso não tem nada a ver com retaliação a prefeito ou qualquer coisa do gênero, mas, infelizmente, esse projeto tinha um mérito maior do que aquilo que a Prefeitura está acatando a partir de agora. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 102/18, com Veto Parcial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, antes de encaminhar, eu queria fazer uma consideração. Nós somos 36 membros nesta Casa, em 18 bancadas. Se cada um falar cinco minutos e mais as bancadas falarem, nós estaremos exercendo a democracia, como bem disse o Leonel. O Ver. Robaina acha que não. Quando o projeto for dele, se vota e não se discute; quando ele é contra o projeto, aí usa todos os artifícios, isso é o jogo da política. Para a senhora e o senhor que estão em casa nos entenderem, esse é o jogo da política, e estão jogando. Quem está jogando e quem está levando a sessão até tarde, eu acho que nós estamos todos em casa ou no escritório, nós estamos bem acomodados, então, não tem problema nós irmos até 11 horas da noite, meia-noite, a gente faz isso aí na Câmara. Muitas vezes, temos que comer um lanche da lancheria da Câmara, e se vai até tarde, isso acontece muito no final do ano. O que nós temos que fazer é discutir os projetos, não ficar inviabilizando os projetos com questão de ordem, que é regimental, com pedido de vista, que é regimental, e uma série de coisas que quem está acompanhando está vendo.

O projeto anterior, quando eu estava presidindo e não podia nem falar, dizia que cabia ao médico... Então, nós queremos, além de tudo, ser médicos. Nós passamos para o Judiciário a questão de legislar, quando não é bom para nós. Parece aquele negócio, na vila, tem muito disso: eu sou o dono da bola, dono da camiseta, se eu não jogar, eu tiro tudo. Então, quer dizer que, quando não é bom para nós, nós judicializamos. Aí nós estamos dizendo que é o seguinte: cabe ao médico dar o medicamento. Cabe à pessoa, volto a dizer, como eu tenho dito sempre, querer tomar ou não. Eu dou um exemplo. Eu tive uma consulta particular com ele, porque é meu amigo e ele atende pelo SUS, o Dr. Thiago. Ele mandou eu tomar ivermectina, Annita, azitromicina, e eu tomei, com vitamina C, vitamina D, vitamina 5, sei lá o quê. Ele me deu um monte de coisas. Quanto tu estás apavorado, se o médico mandar tu pular num pé só, tu vais lá e pulas. Que nem o mecânico: se o mecânico disser que o teu carro está comprometido, tu vendes, ou tu passas adiante, ou tu mandas trocar o motor, sei lá o quê. Assim é o advogado, vai por aqui, que aqui eu tenho, tu vais como o advogado diz. Que nem médico, gente, então, vamos parar com essa ladainha.

Nesse projeto, pessoal quer ser mais realista que o rei. Quem é o rei? O Ver. José Freitas, que é o autor do projeto, aceitou o veto. Quantas vezes a gente aceita um veto parcial? Quantas? Eu tive um projeto meu que teve um veto parcial de outros governos, e até eu aceitei o veto parcial, porque senti que eu não perdi, eu senti que o meu objetivo tinha sido alcançado. O Ver. José Freitas entende que o seu objetivo foi alcançado, e não há o risco de judicialização da sua lei, por isso o vereador aceitou. Nós encaminhamos com o autor do projeto, para votar junto com o autor do projeto, que é o Ver. José Freitas, mantendo o veto parcial. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 102/18, com Veto Parcial.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa noite, Presidente; primeiro, quero parabenizar o Ver. José Freitas por essa construção de entender que o veto é importante neste momento, porque, como muito bem disse o Ver. Claudio Janta, depois ele acabaria perdendo todo o projeto, porque poderia judicializar, pois tem uma parte do projeto que não condiz. Se o vereador concordou, e o projeto alcançou os seus objetivos, nós votaremos junto com o Ver. José Freitas, que é o autor e que sabe por que ele fez o projeto, e que vai atender às necessidades do seu público.

Quero também aproveitar este momento para falar que o projeto anterior, que foi aprovado na reunião conjunta – eu acredito que a maioria dos vereadores que estavam contestando e querendo proibir a votação do projeto, porque aqui se faz de tudo... Se hoje a sessão demorou três horas, como disse o Robaina, uma hora e meia deve ter sido só de questão de ordem do Ver. Pedro Ruas, meu amigo. Agora, se deixar, o Ver. Pedro Ruas vira comentarista da sessão. Cada vereador que fala, o Ver. Pedro Ruas pede questão de ordem para fazer um comentário em cima da fala, porque se sentiu atingido, porque não gostou do projeto. Nós temos que ser mais rígidos, Presidente, em relação à questão de ordem, porque nós estamos transformando a questão de ordem em algo corriqueiro, qualquer motivo é questão de ordem, a sessão fica travada e não se consegue discutir. Vou pedir a V. Exa. que seja mais rígido, sei que é difícil. O Ver. Pedro Ruas é um vereador experiente, que sabe; neste momento, ele queria trancar a pauta e fica trancando com as questões de ordem. Com todo o respeito meu amigo, Ver. Pedro Ruas, fica aqui a nossa indignação, até porque, no projeto da Ver.^a Nádia, se for lido, todas as contestações que foram feitas não dizem respeito ao projeto. O projeto fala em medicamentos, durante a pandemia, receitados por médicos e preconizados pelo Ministério da Saúde. Se o Ministério da Saúde não está de acordo, o médico não receitou, a Prefeitura não vai ter o remédio - são remédios autorizados pelo Ministério da Saúde e prescritos por médicos. Agora, eu vou ser contra isso? Aí vem o Ver. Leonel Radde, com todo o respeito, dizer que defende os pobres. O senhor não quer que a Secretaria da Saúde tenha medicamentos para receitas prescritas pelos médicos nas farmácias populares para atender à população que mais precisa, que vai lá buscar? Nós estamos aqui querendo aprovar um projeto para ter remédios nas farmácias, para atender justamente às pessoas que mais precisam. Então, há uma contradição, porque não foram vocês que criaram, ou estão vendo disputa ideológica até em remédios agora. Disputa porque o Bolsonaro, porque... Tchê, nunca se falou em Bolsonaro, não se falou, em nenhum minuto, em remédios como cloroquina. Está se falando em remédios receitados e aprovados pelo Ministério da Saúde. Agora o Ver. Leonel, pelo jeito, vai pedir questão de ordem, o Ver. Pedro Ruas, porque foram contrariados. Vão se inscrever nas suas falas. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal o PLL nº 102/18, com Veto Parcial.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** o projeto por 10 votos **SIM**, 22 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**. Mantido o Veto Parcial.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o PLL n° 102/18 e mantido o Veto Parcial.

Vereador Claudio Janta (SD): Votei com o autor, votei “não”.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Parabéns pela nobreza do Ver. José Freitas. Votei “não” pela manutenção do veto.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Também votei com o autor, votei “não”.

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): Votei “não”, acompanhei o autor.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Votei “não”, aplaudindo o José Freitas, que entendeu o veto.

Vereadora Mônica Leal (PP): Votei “não” a pedido do autor, nada mais justo do que acompanhá-lo.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Diretor, 1) o Ver. Mauro Pinheiro foi injusto com o seu amigo de tantos anos; 2) o projeto é excelente, votei “sim”.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Seguindo o que já expus no relatório na CCJ, votei “não”, a manter o veto.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0313/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO N° 019/19, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que revoga o art. 15-A da Lei Complementar n° 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina dos tributos de competência do Município. (SEI 087.00188/2019-38)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 19-04-21 por força do art. 81 da LOM.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLCL nº 019/19. (Pausa.)

Aprego a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLCL nº 019/19. (Procede à leitura da emenda.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 019/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Eu estava aguardando, pedi a palavra, já tinha enviado ao Presidente da Casa e ao diretor Luiz Afonso, até para que eu possa discutir e ter ciência da emenda. Hoje, faltando oito minutos para a sessão, Presidente, a secretaria da Fazenda e também o grande amigo e colega nosso, Tessaro, que trabalha na liderança do governo, e a pedido do meu grande amigo, todos sabem da admiração que tenho pelo Ver. Idenir Cecchim, líder do governo – solicitaram que eu pedisse adiamento por uma sessão para que eu pudesse conversar um pouco mais e ouvir a opinião. Este projeto, só para deixar muito claro, tinha sido debatido na secretaria da Fazenda, mas, óbvio, na gestão anterior, não é um projeto deste ano, e ele visa tão somente desburocratizar para aqueles empreendedores que hoje infelizmente não podem empreender em algumas áreas, pois são considerados inadimplentes, para leigo entender, quando tem algum tributo em parcelamento. E a gente acha isso até inconstitucional. Mas eu, a pedido do governo, não poderia me recusar jamais de atender ao pedido do Tessaro e do líder do governo Idenir Cecchim, para que eu possa ouvir a secretaria da Fazenda e também alguns colegas. Então, Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 019/19 por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 135/21 – (Proc. nº 0385/21 – Vers. Alexandre Bobadra, Claudio Janta, Pablo Melo, Giovane Byl, Leonel Radde, Cassiá Carpes, Kaká D’Ávila, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Alvoni Medina e Roberto Robaina e Ver^{as} Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger e Mônica Leal) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “a modernização do Plano de Carreira da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar”. (SEI 222.00074/2021-29)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 135/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 078/21 – (Proc. nº 0169/21 – Ver. Claudio Janta) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “pela manutenção e continuidade do Auxílio Emergencial”. (SEI 024.00014/2021-42)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 078/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Cumprimento os proponentes dos requerimentos aprovados na tarde na hoje.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Muito rapidamente, eu ia me inscrever para falar, mas foi rápida a aprovação do requerimento. O Ver. Janta pede que se faça uma moção solicitando o pagamento do auxílio emergencial lá de Brasília, é isso que nós aprovamos?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Exatamente.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Mas já existe o auxílio aprovado pelo governo federal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É que a moção é pela continuidade.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Para continuar eternamente? Então, está bem.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Eternamente não sei, mas é pela continuidade.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deveria ter feito uma emenda e colocado o termo “eternamente”, vereador. Pessoal, muito obrigado, uma boa-noite a todos.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h01min.)

* * * * *